



COOPERALIANÇA
Energia para o Desenvolvimento



**RELATÓRIO DO
CONSELHO DE
ADMINISTRAÇÃO
2016**

ÍNDICE

CARTA DO PRESIDENTE	6	4.4	Loteamentos Melhorias	20
1 CONJUNTURA ECONÔMICA.....	7	4.5	Alimentadores de Distribuição de Energia Elétrica.....	20
1.1 Tarifas de Energia.....	7	4.6	Vitorias nas Unidades Consumidoras	20
1.2 Investimento Remunerável	7	4.7	Iluminação Pública	20
2 DESEMPENHO OPERACIONAL	8	4.8	Plantão 24 horas.	20
2.1 Distribuição de energia elétrica.....	8	4.9	Análise de Projetos Elétricos.....	20
2.2 Ligações de Consumidores.....	8	4.10	Balanço Energético - Janeiro/2016 a Dezembro/2016.....	21
2.3 Distribuição direta por classe de consumo.....	9	4.11	Conclusão:.....	21
2.4 Receita	10	5	PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2017..	22
2.5 Tarifas	11	5.1	Suprimento de Energia.....	22
2.6 Qualidade do fornecimento.....	11	5.1.1	Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica	22
2.7 Tecnologia da informação.....	11	5.2	Planejamentos de Obras dos Alimentadores.	22
2.8 Novos negócios.....	12	5.3	Planejamento: Rede Baixa Tensão.....	22
2.9 Desempenho econômico-financeiro	12	5.4	Aquisição de Equipamentos.....	23
2.10 Investimentos	12	6	AUDITORES INDEPENDENTES.....	24
2.11 Valor adicionado	13	7	AGRADECIMENTOS	25
2.12 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras	13	DEMONSTRAÇÕES	CONTÁBEIS	
2.13 Composição das quotas do capital social.....	14	SOCIETÁRIAS.....		26
2.14 Comportamento do preço das quotas... 14		Balanço Patrimonial - Ativo.....		26
2.15 Atendimento aos associados e consumidores.....	14	Balanço Patrimonial - Passivo.....		27
3 GESTÃO	15	Demonstração do resultado.....		28
3.1 Planejamento Empresarial.....	15	Demonstração do Resultado		29
3.2 Recursos Humanos.....	15	Demonstração do resultado Abrangente.....		30
3.3 Responsabilidade Social.....	15	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.....		31
3.4 Responsabilidade Ambiental.....	15	Demonstração do Fluxo de Caixa.....		32
3.5 Concessionária em números	15	Demonstração do Valor Adicionado DVA.....		33
3.5.1 Atendimento.....	15	NOTAS EXPLICATIVAS.....		34
3.5.2 Mercado	16	1 CONTEXTO OPERACIONAL		34
3.5.3 Dados Operacionais	16	2 DA CONCESSÃO		34
3.5.4 Dados Financeiros	16	3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		34
3.5.5 Indicadores de Desempenho	16			
3.6 Área de concessão	17			
4 – Desempenhos Comerciais.....	18			
4.1 Construções de Redes.....	18			
4.2 Serviços Executados – Instalações de Transformadores.....	19			
4.3 Subestação Rincão	20			

4	PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	35	28	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	50
5	DISPONIBILIDADES	39	29	OUTRAS CONTAS A PAGAR	50
5.1	<i>Numerário em Trânsito</i>	40	30	CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO.....	50
6	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	40	31	PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS	51
7	CONSUMIDORES	40	31.1	<i>Fiscais</i>	51
8	RENDAS A RECEBER.....	41	31.2	<i>Trabalhistas</i>	51
9	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR.....	42	31.3	<i>Regulatórias</i>	51
10	OUTROS CRÉDITOS	42	32	Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica.....	52
11	DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES.....	43	33	DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS	52
12	PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS	43	34	PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	53
13	ESTOQUE	44	34.1	<i>Capital social</i>	53
14	SERVIÇOS EM CURSO.....	44	34.2	<i>Reservas de capital</i>	53
15	DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE	44	34.3	<i>Ajuste de avaliação patrimonial</i>	53
16	CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA A	44	34.4	<i>Reserva de sobras</i>	53
17	DEPÓSITOS JUDICIAIS.....	44	35	RECEITA OPERACIONAL.....	54
18	INVESTIMENTOS.....	45	35.1	<i>Fornecimento energia elétrica</i>	54
19	IMOBILIZADO	45	35.2	<i>Uso do sistema de distribuição</i>	54
20	FORNECEDORES.....	47	35.3	<i>Fornecimento não Faturado</i>	55
21	FOLHA DE PAGAMENTO	47	35.4	<i>Consumidores Livres</i>	55
22	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS.	48	35.5	<i>Doações, contribuições e subvenções.</i>	55
23	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS.....	48	35.6	<i>Serviço e outras receitas</i>	55
23.1	<i>CIRCULANTE</i>	48	36	DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL.....	55
23.2	<i>NÃO CIRCULANTE</i>	49	36.1	<i>Impostos</i>	55
24	CREDORES DIVERSOS	49	36.2	<i>Encargos do Consumidor</i>	55
25	CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA A	49	36.3	<i>Receitas de Ultrapassagens</i>	56
26	OBRIGAÇÕES ESTIMADAS.....	50	37	ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA.	56
27	ENCARGOS DO CONSUMIDOR.....	50	38	ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO	56
			39	DESPESAS OPERACIONAIS	56
			40	RESULTADO FINANCEIRO	57
			41	IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	57

42 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS.....	58
43 PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS	58
44 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS.....	58
45 SEGUROS	58
46 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*)	59
47 RECLASSIFICAÇÃO DE CONTAS – COMPARABILIDADE	59
48 EVENTOS SUBSEQUENTES	59
PARECER DO CONSELHO FISCAL	60
PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	61
EDITAL DE CONVOCAÇÃO	62
ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL.....	66
PARTICIPAÇÕES.....	70

AGRADECIMENTOS

A Cooperativa Aliança tem orgulho de seus colaboradores. São eles que fazem a qualidade de nossos serviços ser reconhecida. É justo, então, que nosso primeiro agradecimento seja a esses homens e mulheres que dedicam seu esforço na construção de uma Cooperaliança cada dia melhor.

Não há como deixar de agradecer aos nossos associados. Vocês não são apenas nossos parceiros comerciais, mas sobretudo, parte dessa cooperativa. E é dessa forma que desejamos a Cooperaliança para vocês: uma prestadora de serviços de qualidade para o desenvolvimento de seu negócio, iluminar a sala de aula de seus filhos, climatizar seu quarto, carregar seu smartphone.

Precisamos estender esses agradecimentos aos nossos fornecedores que muitas vezes se desdobram para atender as demandas de nossa cooperativa. À Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), responsável pela regulação do setor, pela seriedade com que avalia as demandas da Cooperaliança.

A vocês, uma vez mais, muito obrigado.

CARTA DO PRESIDENTE

Senhoras e Senhores Associados,

Em cumprimento às disposições legais e contratuais, submetemos a apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e das Demonstrações Contábeis da Cooperativa Aliança, elaborados conforme a Legislação Societária, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, acrescidas da Demonstração do Valor Adicionado-DVA, Demonstração do Fluxo de Caixa e, conforme determinação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), do Balanço Patrimonial Regulatório. Tais demonstrativos objetivam a divulgação de forma transparente aos associados, consumidores, parceiros, órgãos de regulação, bem como a sociedade em geral. Além disso, esse relatório tem o objetivo de nortear as atitudes necessárias durante o próximo exercício, alavancando os resultados obtidos, em busca da melhor qualidade em nossos serviços e processos organizacionais.

Como parte de nosso compromisso legal e sob supervisão atenta da ANEEL, cabe à Cooperativa Aliança a divulgar a Demonstração de Resultado e Notas Explicativas, às quais poderão ser avaliadas a posteriori.

Considerando as dificuldades pelas quais o Brasil passou nos últimos anos em sua economia, fica ainda mais latente a relevância da energia elétrica no crescimento e desenvolvimento econômico e social. Mas 2017 um ano de retomada. E nós estaremos ao lado dos nossos associados nesse caminho.

Muito obrigado.

1 CONJUNTURA ECONÔMICA

1.1 Tarifas de Energia

As Tarifas de Fornecimento de Energia Elétrica foram reajustadas de acordo com o processo de IRT (Índice de Reajuste Tarifário), do ano de 2016. O resultado desse reajuste chegou a um índice com efeito médio para o consumidor de (3,82) negativo sobre as tarifas praticadas pela empresa, e terá período vigente de 29 de agosto de 2016 a 28 de agosto de 2017. A oficialização deste índice se deu através da publicação da Resolução Homologatória nº 2.128, de 23 de agosto de 2016, e nota técnica nº 270/2016 – SGT/ANEEL.

1.2 Investimento Remunerável

A base de remuneração é constituída pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, e Almoxarifado de Operação. Deduzidas as obrigações vinculadas ao serviço público de energia elétrica (obrigação especial), resultam no investimento remunerável diminuído da cota de depreciação que compõe a parcela “B” da receita requerida pela concessionária, demonstrada em nota explicativa.

A natureza jurídica da cooperativa, sustentada em legislação própria (Lei 5.764/71), determina que a sociedade não possua fins lucrativos.

Capítulo II
Das Sociedades Cooperativas.

Art. 3º Celebram contrato de sociedade cooperativa as pessoas que reciprocamente se obrigam a contribuir com bens ou serviços para o exercício de uma atividade econômica de proveito comum, sem objetivo de lucro.

2 DESEMPENHO OPERACIONAL

2.1 Distribuição de energia elétrica

A Cooperativa Aliança distribui energia elétrica em quatro dos 295 municípios do Estado, atendendo 36.546 consumidores cativos e 11 consumidores parcialmente livre instalados em sua área de concessão no Estado de Santa Catarina.

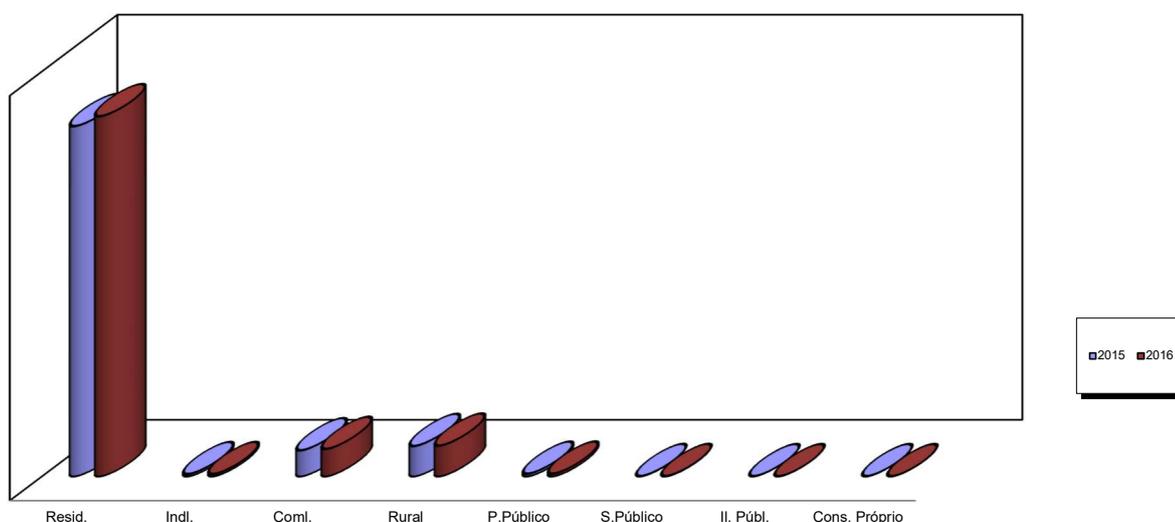
Em 2016, a Cooperaliança registrou um crescimento de 2,87% em seu número de consumidores, e uma redução na distribuição de energia elétrica em MWH de 4,29.

2.2 Ligações de Consumidores

O número de consumidores faturados em dezembro de 2016 apresentou um crescimento de 2,87% sobre o mesmo mês do ano anterior, como se pode observar no quadro a seguir:

Classe	Número de consumidores		
	2016	2015	%
Residencial	31.114	30.263	2,81
Industrial	176	182	(3,30)
Industrial (Parcialmente livre)	11	02	450,00
Comercial	2.362	2.241	5,40
Rural	2.646	2.612	1,30
Poder Público	221	213	3,76
Iluminação Pública	04	04	-
Serviço Público	16	14	14,28
Consumo Próprio	07	07	-
TOTAL	36.557	35.538	2,87

Crescimento de Mercado



2.3 Distribuição direta por classe de consumo

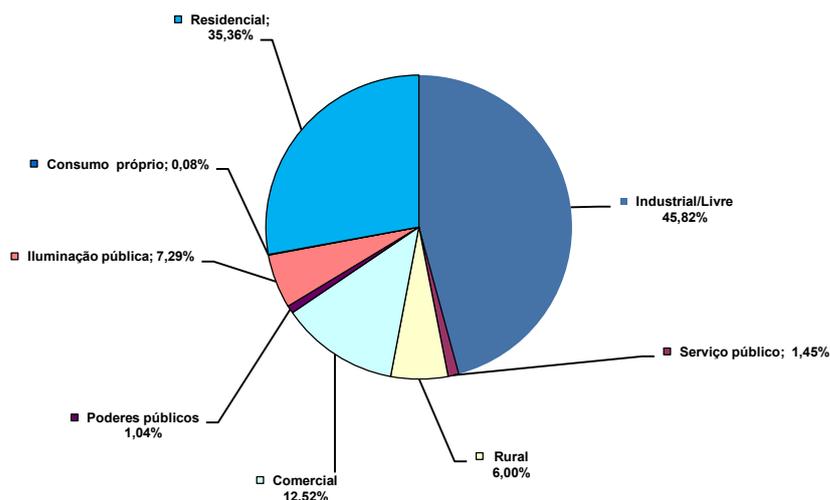
O consumo de energia elétrica, no mercado cativo na área de atuação da concessionária, em 2016 foi de 147.885MWH registrando uma queda no mercado da concessionária de 2,62% em relação a 2015.

Os segmentos do mercado que mais contribuíram para esse resultado foram as classes Industrial, e Serviços Públicos.

Abaixo estão expostos os resultados de consumo e sua avaliação no período:

Classe	2016	2015	%
Residencial	52.292	52.068	0,43
Industrial	46.270	78.230	(40,85)
Consumidores Livres	36.662	-	100,00
Comercial	23.489	23.860	(1,55)
Rural	11.261	10.872	3,58
Poderes Públicos	1.536	1.517	1,25
Serviços Públicos	2.146	2.373	(9,57)
Iluminação Pública	10.774	10.819	(0,42)
Consumo Próprio	117	97	20,62
TOTAL	184.547	179.836	2,62

CONSUMO POR CLASSE

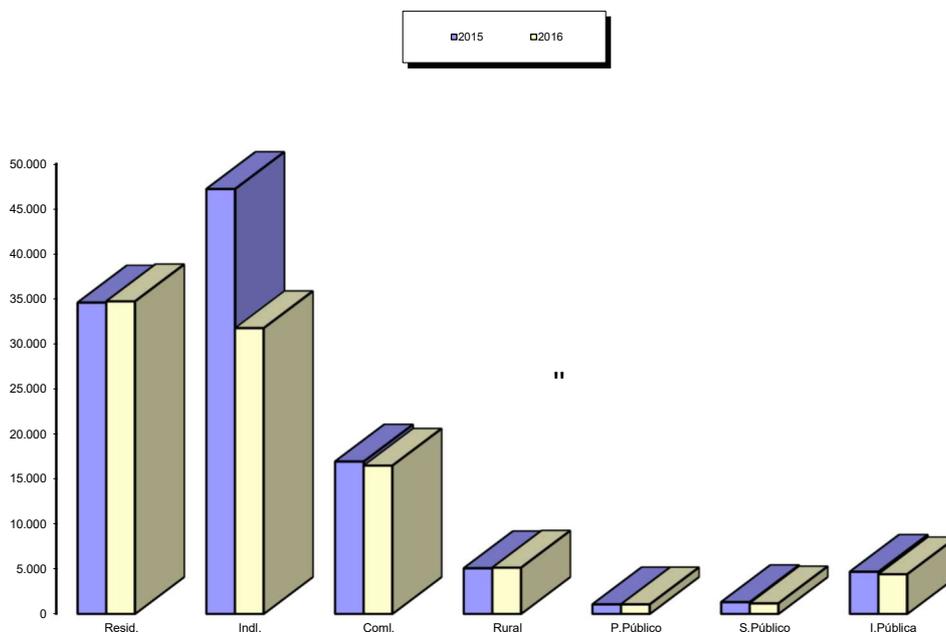


2.4 Receita

A receita decorrente do fornecimento de energia elétrica no exercício, líquida do ICMS, importou em R\$ 66.252 milhões conforme o quadro a seguir:

Classe	Receita líquida em R\$ mil		
	2016	2015	%
Residencial	34.720	34.591	0,37
Industrial	31.747	47.192	(32,72)
Comercial	16.477	16.930	(2,68)
Rural	5.136	5.072	1,26
Poderes Públicos	1.061	1.062	(0,09)
Iluminação Pública	4.406	4.678	(5,81)
Serviço Público	1.170	1.308	(10,55)
Consumidores Livres	4.967	119	667,70
Renda não faturada	1.201	647	85,63
Sub-Total	100.885	111.599	(9,60)
Serviços	311	278	11,87
Doações, Contribuições e Subvenções	4.170	4.946	(15,69)
Sub-total	105.366	116.823	(9,81)
ICMS	(22.618)	(24.441)	(7,45)
PIS/COFINS	(677)	(663)	2,11
ISSQN	(25)	(17)	47,05
Encargos do consumidor RGR/CCC/CDE/P&D/PEE	(15.462)	(21.229)	(27,17)
Ultrapassagem de demanda e reativos	(332)	(472)	(29,66)
TOTAL	66.252	70.001	(5,36)

RECEITA LÍQUIDA



2.5 Tarifas

A tarifa média de fornecimento de energia elétrica da Cooperativa Aliança, em dezembro de 2016, foi de R\$ 480,21 por MWH.

Classe	Tarifa média de fornecimento	
	2016	2015
	R\$/MWH	
Residencial	556,11	556,35
Industrial	439,55	438,19
Comercial	521,61	533,63
Rural	379,38	388,16
Poder Público	562,24	569,87
Serviço Público	408,57	413,41
Iluminação Pública	306,76	324,25
Consumo Próprio	247,95	253,14
MÉDIA	480,21	475,87

2.6 Qualidade do fornecimento

Os dois principais indicadores da qualidade do fornecimento de energia elétrica são o DEC (Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor) e o FEC (Frequência Equivalente de Interrupções por Consumidor).

Ano	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Município	DEC (horas)	DEC (horas)	FEC (interrupções)	FEC (interrupções)	Tempo de espera (horas)	Tempo de espera (horas)
Içara	4,60	5,06	4,17	4,30	0,67	0,19

2.7 Tecnologia da informação

O desenvolvimento das áreas de negócios de uma concessionária de energia depende, substancialmente, de soluções adequadas de Tecnologia da Informação, o qual permeia e dá suporte a praticamente tudo o que a concessionária faz mediante sistemas de informação (*software*), redes de computadores (comunicação lógica), e atendimento ao consumidor (processamento, suporte e infraestrutura).

No ano de 2016, os principais projetos e sistemas desenvolvidos na área de Tecnologia da Informação foram:

- Aquisição de seis microcomputadores para substituição dos mais obsoletos.
- Implantação do sistema EFI (leitura e entrega de faturas instantâneas).
- Aquisição de três Switch
- Aquisição do sistema Q2 – Qualidade
- Aquisição do sistema SMS – Mensagem a consumidores
- Aquisição do sistema indicadores
- Instalação de plataformas gratuitas para ferramentas de planilha e texto
- Licenças Microsoft
- Instalação do sistema NFe Useall
- Sistema para digitalização de documentos
- Interligação da Sede Administrativa, operacional e Balneário Rincão com 16 km de fibra ótica.

2.8 Novos negócios

A intenção da administração desta Cooperativa é continuar na busca pela excelência em distribuição de energia elétrica. Dar aos seus associados e consumidores uma energia com qualidade, e à região de sua área de concessão plenas condições de crescimento.

Tendo em vista esse comprometimento com o crescimento da região onde detém a concessão que a administração da cooperativa não mediu esforços para conseguir os descontos tarifários aplicados as Cooperativas Permissionárias, esse desconto foi aprovado pela Agência nacional de Energia Elétrica através do **Despacho nº 138, de 17 de janeiro de 2017**.

Em todas as suas atividades busca aumentar a capacidade de investimento e, ao mesmo tempo, oferecer aos seus consumidores alternativas de serviços relacionados à distribuição de energia elétrica, notadamente nas áreas em que é possível obter sinergias operacionais, com os ativos ou com o acervo de conhecimentos da concessionária.

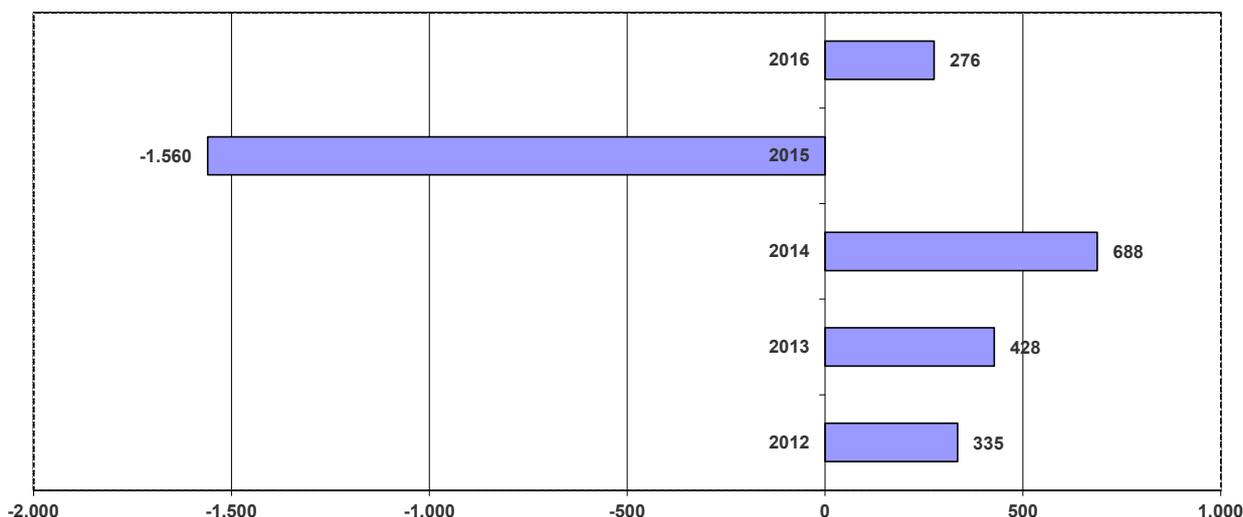
2.9 Desempenho econômico-financeiro

Em 2016, as sobras do exercício foram de R\$ 276 mil, contra R\$ (1.560) mil de perdas o que representou um aumento de 117,63%.

A Receita Operacional Líquida atingiu, em 2016, R\$ 66.252 mil, enquanto em 2015 o resultado foi de R\$ 70.001 mil, representando uma redução de 5,36%.

Já o custo do serviço de energia elétrica de 2016 foi de 69.301 mil contra 73.750 mil em 2015 representando uma redução de 6,12% isso ocorreu principalmente pela redução no custo de aquisição da energia elétrica para revenda.

As sobras/perdas dos últimos 05 (cinco) exercícios apresentam-se conforme evolução à seguir:



2.10 Investimentos

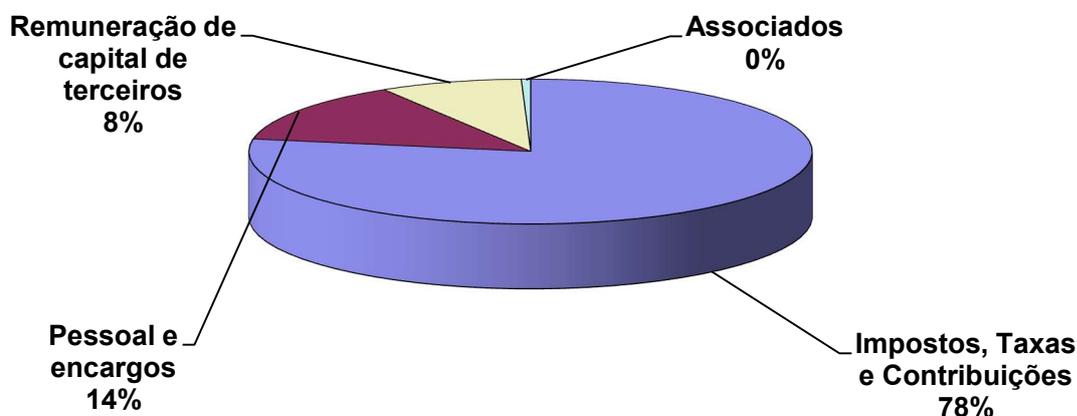
Em 2016, os investimentos da Cooperativa, importaram em R\$ 4.791mil, 12,17% superiores em relação a 2015, conforme segue:

Investimentos - R\$ mil			
	2016	2015	%
Obras de Distribuição	4.503	3.933	14,49
Instalações Gerais	89	236	(62,29)
Veículos	168	97	73,20
Intangível	31	5	520,00
TOTAL	4.791	4.271	12,17

2.11 Valor adicionado

Em 2016, o valor adicionado líquido, gerado como riqueza pela concessionária, foi de R\$ 51.360mil, representando 48,74% da Receita Operacional Bruta, com a seguinte distribuição:

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO



2.12 Políticas de reinvestimento e distribuição de sobras

Aos associados, estatutariamente, é garantida a destinação das sobras líquidas do exercício, ao **Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição** para que a concessionária mantenha o serviço universalizado.

2.13 Composição das quotas do capital social

Em 31 de dezembro de 2016 o capital social da concessionária era de R\$1.406milhões, composto por 1.406.225 quotas com valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Números de Associados		Capital Social
Total de associados em Dez/2015	35.564	1.377
Total de associados em Dez/2016	36.565	1.406

2.14 Comportamento do preço das quotas

As quotas permanecem com os preços previstos no artigo 14º do Estatuto Social, aprovado em Assembleia Geral Extraordinária, realizada no dia 27 de setembro de 2013.

*Capítulo VII
Do Capital Social.*

Art. 14º O capital social da Cooperaliança é representado por cotas-partes no valor de R\$1,00 (um real) cada uma, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de cotas subscritas, mais nunca será inferior a R\$10.641,00 (dez mil seiscentos e quarenta e um reais).

2.15 Atendimento aos associados e consumidores

Os associados e consumidores da Cooperaliança possuem vários canais de atendimento, e conforme sua necessidade, nem é preciso sair de casa. Além dos três postos de atendimento presencial, há também um tele atendimento 24 horas, uma ouvidoria por telefone gratuito, e uma agência virtual. Acompanhe abaixo os locais, horários disponíveis, e a forma de contato com a Cooperaliança.

Atendimento Comercial: O consumidor da Cooperaliança que necessitar de atendimento pode procurar a sede da empresa, Rua Ipiranga, 333 – Centro de Içara – SC, pois neste local o atendimento comercial/presencial permanece em funcionamento durante os seguintes horários: das 7h45min às 12 horas e 13h30min às 18 horas, assim como nos demais setores.

Há postos de atendimentos comerciais também no Balneário Rincão, na Avenida Leoberto Leal – 148, Zona Norte. O atendimento é das 7h 45min às 12 horas, e das 13h 30min às 18 horas. Em Jaguaruna, na Rua Estrada Geral, SNº, Olho D'água, com atendimento no período vespertino, das 13h30min às 17h30min.

O tele atendimento da Cooperaliança funciona 24 horas (através do 0800 48 4040), em horário comercial são realizados atendimentos emergenciais, problemas com faturas de energia, serviços comerciais, dúvidas, sugestões, reclamações, solicitações de serviços. Em horário de Plantão, apenas atendimentos relacionados à interrupção de energia, solicitações de serviços emergenciais: fios partidos, árvores caídas nas redes, acidentes em que postes são atingidos, falta de energia, etc.

A Cooperaliança possui, também, a Agência Virtual. Para acessar, o consumidor deve entrar no site da Cooperativa (www.cooperalianca.com.br) e clicar no link Agência Virtual, localizado na capa do site. Após realizar o cadastro, digitando os dados da fatura de energia elétrica, o consumidor pode navegar pelo espaço virtual. Através dele, podendo acompanhar seu histórico de consumo, consultar faturas em aberto, retirar 2º via de fatura, solicitar serviços, tirar dúvidas, e fazer reclamações.

Para reclamações recorrentes, a Cooperaliança disponibiliza o telefone da ouvidoria, o 0800 600 4048, atendimento em horário comercial.

3 GESTÃO

3.1 Planejamento Empresarial

O planejamento é uma ferramenta que promove o desenvolvimento e o crescimento da empresa, e tem por objetivo consolidar o comprometimento dos executivos e profissionais para com os resultados previamente estabelecidos; e, fundamentalmente, mantendo o foco na satisfação e atendimento das necessidades dos consumidores/Associados.

3.2 Recursos Humanos

Em 2016 a concessionária investiu R\$ 16 mil em programas de formação técnica e desenvolvimento profissional e humano de seus colaboradores, visando manter a evolução nas áreas tecnológicas e gerenciais, e oferecer aos mesmos, oportunidades de desenvolvimento de suas habilidades e potenciais.

3.3 Responsabilidade Social

Responsabilidade Social é desenvolver ações que estejam conectadas à identidade empresarial da instituição. A Cooperaliança cumpre seu papel de empresa com Responsabilidade Social agindo com ética interna e externamente, com associados e colaboradores.

Age com Responsabilidade Social quando coloca à frente de todas as suas ações seus princípios e valores, baseados na transparência, na excelência em serviços de distribuição de energia elétrica, em desenvolvimento regional, e comprometimento com o meio ambiente.

3.4 Responsabilidade Ambiental

Comprometida com o meio ambiente, a Cooperaliança realiza ações que visam a “economia do planeta”. Planeja toda construção de redes de distribuição, na intenção de evitar impactos ambientais.

3.5 Concessionária em números

3.5.1 Atendimento

	2016	2014	%
Número de consumidores	36.546	35.536	2,84
Número de empregados	97	95	2,06
Número de consumidores por empregado	377	374	0,80
Número de postos de atendimento	04	04	-

3.5.2 Mercado

	2016	2015	%
Área de concessão (Km ²)	366	366	-
Demanda máxima (MW)	43,49	44,76	(2,85)
Distribuição direta (MWH)	187.547	179.836	4,29
Consumo residencial médio (MWH/ano)	1,681	1,721	(2,32)
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWH)	480,21	475,87	0,91
Residencial	556,11	556,35	(0,04)
Industrial	439,55	438,19	0,31
Comercial	521,61	533,63	(2,25)
Rural	379,38	388,16	(2,26)
Poder Público	562,24	569,87	(1,34)
Serviços Públicos	408,57	413,41	(1,17)
Iluminação Pública	306,76	324,25	(5,39)
Consumo próprio	247,95	253,14	(2,05)
DEC (horas) – Conjunto – Içara	4,60	5,06	(9,09)
FEC (nº de interrupções) – Conjunto – Içara	4,17	4,30	(3,02)

3.5.3 Dados Operacionais

	2016	2015	%
Número de subestações	01	01	-
Linhas de distribuição (km)	1.457	1.410	3,33
Capacidade instalada (MVA)	122,26	117,72	3,86

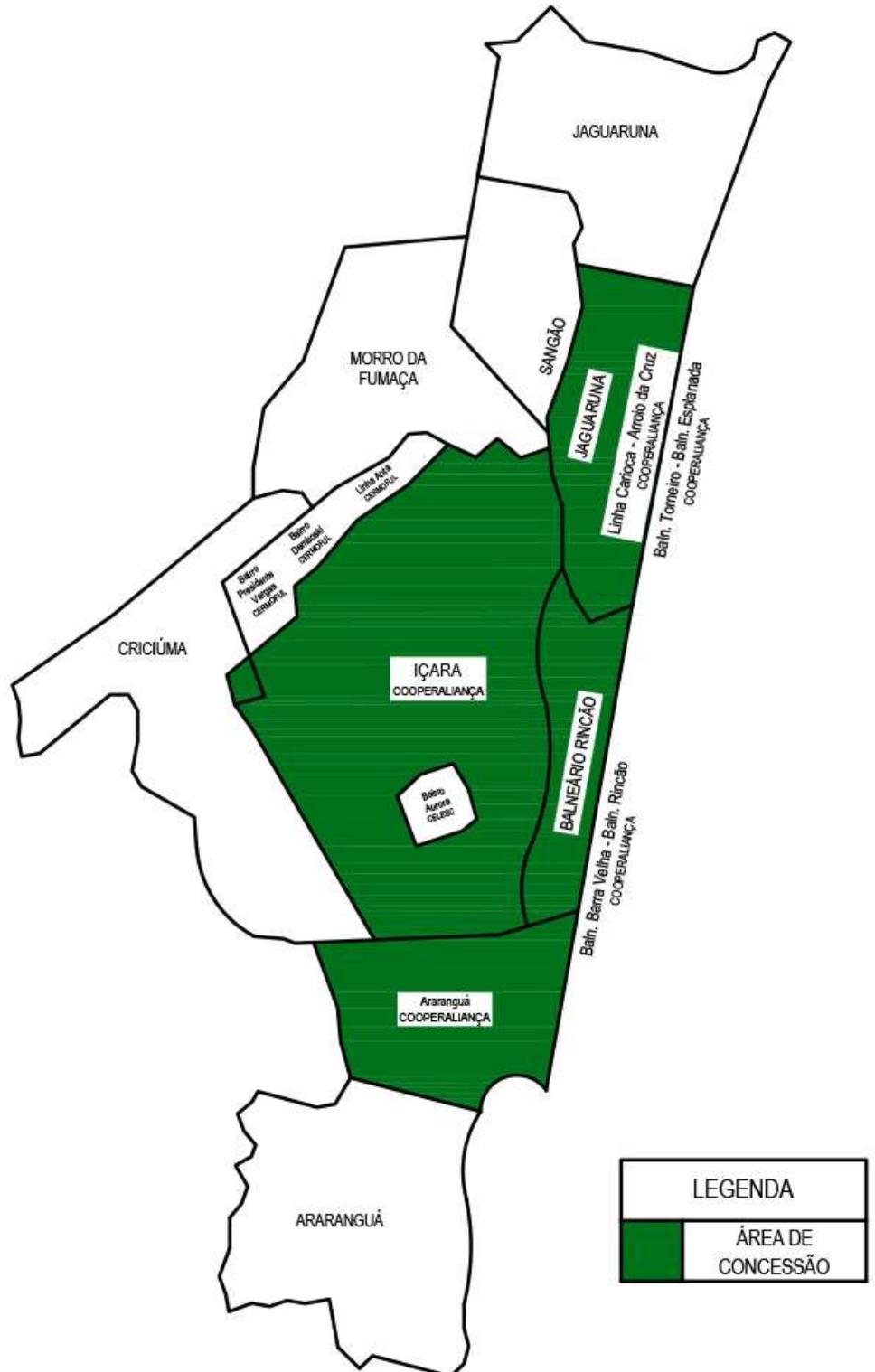
3.5.4 Dados Financeiros

	2016	2015	%
Receita operacional bruta (R\$ mil)	105.366	116.351	(9,44)
Receita operacional líquida (R\$ mil)	66.252	70.001	(5,36)
Margem operacional do serviço líquida (%)	2,13	0,93	129,03
Sobras líquidas (R\$ mil)	276	(1.560)	117,69
Patrimônio líquido (R\$ mil)	25.261	25.248	0,05
Valor patrimonial do lote de mil quotas	1.000	1.000	-
Endividamento do patrimônio líquido (%)	172,85	173,82	(0,56)
Em moeda nacional (%)	100	100	-

3.5.5 Indicadores de Desempenho

	2016	2015	%
Salário médio dos funcionários em R\$	4.075	3.921	3,93
Energia comprada por funcionário em MWH	1,525	1,893	(19,44)
Energia comprada por Consumidor em MWH	4,05	5,06	(19,96)

3.6 Área de concessão



4 – Desempenhos Comerciais

4.1 Construções de Redes

Município de Içara	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Poço 03	800	100	150	
Vila São José	200		200	300
Barracão	300	200	400	200
Jaqueline	550	400	300	
Lombas Pedreiras	600		300	
Primeiro de Maio	350		500	
Poço 08	500	300	300	
Boa Vista	350			
Sanga Funda	150	600	800	300
Liri	500	500	350	
Nossa Sra. Fátima	500	500	300	250
Vila Alvorada	700	300	400	100
Rio Acima	150		450	200
Linha Três Ribeirões	300	450	350	350
Esperança			300	
Coqueiros	380		400	
3ª Linha	200		350	300
2ª Linha	2.600	300	200	250
1ª Linha		200	250	300
Raichaski	300	300	200	
Jardim Elizabete	1.400	500	400	
Vila Nova	200	500	350	350
Centro	400	500	360	380
Tereza Cristina	1.620	630		
Esplanada	350	700	800	
Ponta do Mato	850	1.600	500	400
Corda Bamba		200	600	
Cristo Rei			300	
Santa Cruz	300		450	
Total em metros	14.550	8.780	10.260	3.680

Município de Rincão	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Balneário Rincão	850	450	2.200	1.600
Vila Suíça	300		700	300
Lagoa dos Esteves	750	350	100	
Barra Velha	200		300	
Pedreiras	300			450
Lagoa dos Freitas				
Total em metros	2.400	800	3.300	2.350

Município de Jaguaruna	Redes Novas em metros		Melhorias em metros	
	B.T	A.T	B.T	A.T
Localidades				
Balneária Esplanada	1.700	200	1.300	300
Balneário Torneiro	2.100	600	600	450
Linha Carioca	150			
Arroio da Cruz	800	850	100	300
Total em metros	4.750	1.650	2.000	1.050

Neste período, tivemos um acréscimo no sistema de distribuição de energia elétrica de 11,23 km de Alta Tensão e 21,70 km de Baixa Tensão.

As melhorias no sistema de distribuição totalizaram 7,08 km de Alta Tensão e 15,56 km de Baixa Tensão.

4.2 Serviços Executados – Instalações de Transformadores

Município de Içara		
Localidades	Implantados (kVA)	Ampliados (kVA)
Centro	3-150, 3-150,	
Jardim Elizabete	3-45, 3-30, 3-300, 3-75, 3-75	
Nossa Senhora de Fátima	3-75, 3-150	
Sanga Funda	3-30	
Esperança	3-45	
Cristo Rei		3-45 p/ 3-75
Corda Bamba	3-45	3-45 p/ 3-75
Liri	3-112,5, 3-112,5, 3-112,5, 3-45	3-45 p/ 3-112,5
Santa Cruz		3-30 p/ 3-75
Jaqueline	3-45, 3-75, 3-75, 3-75, 3-75	
2ª Linha	3-300	
Linha Três Ribeirão	3-45	
Vila Nova	3-75, 3-75	
Poço três	1-15, 3-300, 3-300, 3-75	3-225 p 3-300, 3-225 p 3-300
Tereza Cristina	3-75	
Esplanada		1-10 p 3-45, 3-225 p 3-300
Rio Acima	3-30	3-30 p/ 3-45
Espigão	3-75	
Vila Alvorada	1-15, 3-45, 3-45	
Barracão	3-30	
Total - Potência	36 transformadores–3.397 kva	09 transformadores–447,5kva

Município de Bal. Rincão		
Localidades	Implantados (KVA)	Ampliados
Balneário Rincão centro	3-45, 3-75, 3-75	3-45 p/ 3-75, 3-45 p/ 3-75
Lagoa dos Esteves	3-75	
Vila Suíça	3-45	
Barra Velha	3-45	1-10 p/ 1-15, 3-45 p/ 3-75
Lagoa dos Freitas		3-30 p/ 3-75
Total - Potência	06 transformadores - 360 kva	05 transformadores – 95 kva

Município de Jaguaruna		
Localidades	Implantados (KVA)	Ampliados (KVA)
Arroio da Cruz	3-30, 3-30	
Balneário Esplanada	3-45	
Balneário Torneiro	3-75, 3-75	3-45 p/ 3-75
Total - Potência	05 transformadores - 210 kva	01 transformador - 30 kva

Neste período foram implantadas 47 novas subestações e ampliadas 15 totalizando 62 subestações em postes, aumentando a carga instalada do sistema em 4.54 MVA.

4.3 Subestação Rincão

A Subestação Rincão operou com sua carga máxima no mês de janeiro onde foram utilizados 19,9 MW de demanda máxima, sinalizando obras de ampliação da mesma para os próximos anos.

Realizamos inspeções térmicas nos barramentos, chaves e equipamentos, bem como toda manutenção preventiva e corretiva.

.

4.4 Loteamentos Melhorias

Obras de melhorias nos loteamentos, padronização dos circuitos, troca de postes, recondutoramentos dos sistemas de distribuição de energia elétrica, ampliações de potências dos transformadores em postes.

4.5 Alimentadores de Distribuição de Energia Elétrica

Transferência 4,0 MW demanda da Subestação Rincão para Subestação Içara, entres os alimentadores RAO 01 e IÇA 02, nas localidades, Esplanada, Balneário Esplanada e áreas do município de Jaguaruna.

4.6 Vistorias nas Unidades Consumidoras

Realizamos 6.176 vistorias nas unidades consumidoras, buscando reduções das perdas técnicas e comerciais no sistema de distribuição.

4.7 Iluminação Pública

A Cooperaliança realizou os serviços de iluminação pública no município de Içara. Conforme contrato, os demais municípios ficaram sobre responsabilidade das prefeituras.

.

4.8 Plantão 24 horas.

A Central de Operação e Distribuição "COD" atendeu a 5.494 chamadas em diversas localidades, com falta de energia elétrica.

Os consumidores foram orientados nos procedimentos de instalações elétricas com referencia as normas.

4.9 Análise de Projetos Elétricos.

Neste período foram analisados 387 projetos sendo, 328 residenciais, 37 comerciais, 14 industriais e 08 loteamentos.

Orientamos os consumidores com relações as normas e procedimentos de segurança nas instalações elétricas, analisando as cargas instaladas na rede de distribuição de energia elétrica com relação da qualidade no fornecimento.

4.10 Balanço Energético - Janeiro/2016 a Dezembro/2016.

Durante este período a Cooperaliança adquiriu da supridora a Celesc, um total de 208,187 Gwh/ano e distribuíram 187,547 Gwh/ano, as perdas somam o montante de 20,640 Gwh/ano, totalizando um percentual de 9,91 %.

4.11 Conclusão:

Neste período realizamos várias obras de melhorias no sistema de distribuição, com ampliação de cargas, troca de postes e cabos nos circuitos de baixa tensão, ampliando o sistema de distribuição de energia elétrica, melhorando os índices de qualidade e continuidades.

A subestação Rincão apresentou carregamentos de 75 % no período de verão com transferência de cargas para subestação Içara, para ajustar a demanda do sistema.

5 PLANEJAMENTOS DE ATIVIDADES – 2017.

O sistema de distribuição de energia elétrica é composto por nove circuitos e duas Subestações em atendimento ao mercado de energia elétrica.

Com crescimento da demanda de energia elétrica e o aumento no consumo, buscamos melhorar os sistemas de distribuições e redução dos índices de qualidade com novas tecnologias e manutenções preventivas e corretivas.

Planejamento nas ampliações das redes de distribuições em atendimento ao mercado de energia elétrica.

5.1 Suprimento de Energia

Os contratos de energia elétrica com a supridora Celesc, para os dois pontos de atendimento, localizado na Subestação no Bairro Jaqueline em Içara.

5.1.1 Içara - Sistema de Distribuição de Energia Elétrica

O sistema de distribuição energia elétrica é composto por uma malha de 1.456 km de extensão contendo 1.444 circuitos de baixa tensão.

Com as necessidades de ampliação de redes e novas cargas para atendimentos aos novos consumidores, são necessárias manutenções preventivas, corretivas e inspeções térmicas ao longo dos circuitos de distribuição todos os anos.

Na Subestação Rincão são necessárias inspeções térmicas, análise do óleo do transformador de força para o bom funcionamento das instalações.

5.2 Planejamentos de Obras dos Alimentadores.

Obra	Alimentador	Descrição da Obra	Total R\$	Justificativa
1	SE Rincão	Alimentador Barracão / BR 101 extensão 3 km	210.000	Ampliações de cargas
2	SE Rincão	Alimentador Sanga Funda RAO 04 - extensão 5 km	350.000	Ampliações de cargas
3	SE Içara	Alimentador Bairro Liri - Iça 03	180.000	Ampliação e recondutoramento
4	SE Içara	Ampliações / redes nos Bairros	720.000	Ampliações de cargas e divisão de circuitos
	Total		1.460.000	

5.3 Planejamento: Rede Baixa Tensão

Obra	Circuitos	Descrição das Obras	Total R\$	Justificativa
1	60	Divisão de circuitos elétrico - recondutoramentos redes baixa tensão	540.000	Instalações de novos transformadores.
1	SE'S	Manutenção do sistema elétrico de distribuição.	480.000	Manutenções corretivas e preventivas.
	Total		1.020.000	

5.4 Aquisição de Equipamentos

Quantidade	Tipo	Total R\$	Justificativa
60	Transformadores	450.000	Atender ao aumento de carga, adequar à resolução da Agência Nacional.
2.000	Medidores de Energia	500.000	Atender ao crescimento de mercado
Total		950.000	

TOTAL DOS INVESTIMENTOS: R\$ 3.430.000,00.

6 AUDITORES INDEPENDENTES

A MüllerEyng Auditores Independentes S/S – Criciúma, foi contratada pela Cooperaliança para a prestação de serviços de auditoria externa relativa às demonstrações financeiras do exercício de 2016.

7 AGRADECIMENTOS

Não trabalhamos sozinhos, e não podemos deixar passar em branco a nossa gratidão. Trabalhar é um exercício diário de dizer obrigado. Quando nos dedicamos a algo, ou à alguma causa, não vamos sozinhos pelo caminho. Até podemos ir, mas, é certo que encontraremos alguém disposto a nos ajudar, ou apenas, ensinar, pelas ruas do tempo.

Então, lembramos com carinho de cada pessoa que junto à nós trabalhou em 2016. Aos mais próximos, àqueles que acompanharam de perto, e fizeram conosco a evolução, dia a dia, mês a mês no ano que passou, deixamos o nosso obrigado, carregado de sentimentos e emoções.

A todos os integrantes de conselhos (desde Administração, Fiscal, Delegados, e Conselho de Consumidores); Aos nossos colaboradores, estagiários, fornecedores; Aos nossos consumidores, e principalmente aos nossos associados, o nosso muito obrigado. Saibam que todo o trabalho tem energia nossa, mas, muito mais energia que emana de vocês.

Jorge Rodrigues
Presidente

Cleber Luiz Oliveira da Silva
Secretário

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

BALANÇO PATRIMONIAL - ATIVO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2016	2015
ATIVO			
Circulante		23.533	24.718
Numerário disponível	5	1.146	2.939
Aplicações no mercado aberto	6	304	139
Numerário em transito	5.1	479	967
Consumidores	7	18.575	18.029
Rendas a receber	8	264	337
Tributos a compensar	9	1.328	449
Outros créditos	10	1.432	1.194
Subsídios tarifários e redução tarifária	11	656	1.044
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	12	(3.896)	(3.485)
Estoque	13	213	325
Serviços em curso	14	590	490
Despesas pagas antecipadamente	15	21	15
Conta de compensação de variação de custos da parcela A	16	2.422	2.275
Não Circulante		47.441	44.417
Realizável a longo prazo		2.493	2.425
Tributos a compensar	9	137	120
Consumidores	7	1.406	1.406
Outros créditos	10	65	28
Ativo indenizável (concessão)	19	851	838
Depósitos judiciais	17	33	33
Investimentos	18	2.145	2.140
Intangível	19	42.803	41.566
Participação financeira do consumidor	32	-	(1.714)
TOTAL DO ATIVO		70.974	69.135

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

BALANÇO PATRIMONIAL - PASSIVO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	Legislação Societária	
		2016	2015
PASSIVO			
Circulante		36.335	35.287
Fornecedores	20	11.829	15.975
Folha de pagamento	21	233	316
Tributos e contribuições sociais	22	3.512	3.705
Empréstimos e financiamentos	23	5.046	3.772
Credores diversos	24	3.824	3.054
Conta de compensação de variação de custos da parcela A	25	4.853	2.382
Obrigações estimadas	26	743	709
Encargos do consumidor a recolher	27	3.112	2.921
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência energética	28	2.579	2.123
Outras contas a pagar	29	604	330
		9.378	8.600
Não Circulante			
Empréstimos e financiamentos	23	5.749	7.204
Provisões para contingências	31	1.579	1.396
Participação financeira do consumidor	32	2.050	-
		25.261	25.248
Patrimônio líquido			
Capital social	34.1	1.406	1.377
Reservas de capital	34.2	873	873
Ajuste de avaliação patrimonial	34.3	1.546	2.107
Reservas de sobras	34.4	6.703	7.063
Fundo de assistência técnica educacional e social	34.4	85	42
Reserva para geração de energia	34,4	1.148	1.148
Fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição	34,4	12.774	12.267
Fundo de expansão da sede social	34,4	371	371
Sobras a Disposição da AGO	34.4	355	-
		70.974	69.135
TOTAL DO PASSIVO		70.974	69.135

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

		Legislação Societária	
		2016	2015
	Notas		
Receita Operacional		105.366	116.351
Fornecimento de energia elétrica	35.1	44.578	64.162
Uso do sistema de distribuição	35.2	50.138	46.965
Fornecimento não Faturado	35.3	1.201	-
Consumidores Livres	35.4	4.967	-
Doações, contribuições e subvenções	35.5	4.170	4.946
Serviços e outras receitas	35.6	311	278
(-) Deduções da receita operacional		39.114	46.350
ICMS	36.1	22.618	24.441
PIS-PASEP	36.1	120	118
COFINS	36.1	556	545
ISSQN	36.1	25	17
Encargos do consumidor (RGR/CDE/CCC/P&D/PEE)	36.2	15.462	21.229
Receitas de Ultrapassagens	36.3	332	-
(=) Receita operacional líquida		66.252	70.001
(-) Custo do serviço de energia elétrica		69.301	73.750
Energia elétrica comprada para revenda	37	43.930	49.794
Encargo de uso do sistema de distribuição	38	4.730	4.263
Custo de operação		20.642	19.693
Pessoal e administradores	39	8.105	7.424
Material		1.454	1.361
Serviços de terceiros		3.382	3.335
Depreciação e amortização		2.487	2.348
Custo de construção		4.793	4.767
Provisões		420	458
(=) Sobra/Perda Bruta		(3.049)	(3.749)
(+) Receitas operacionais		6.219	5.882
Receitas operacionais		6.219	5.882
(-) Despesas operacionais		930	1.055
Despesas gerais e administrativas		558	671
Outras despesas operacionais		372	384
(=) Resultado do serviço		2.240	1.078
(+/-) Receita (despesa) financeira		(1.965)	(2.638)
Receitas financeiras	40	2.234	1.861
Despesas financeiras	40	4.198	4.499
(=) Resultado operacional		276	(1.560)
(=) Sobras/Perdas antes da contr. social e imposto de renda		276	(1.560)
(-) Contribuição social		-	-
(-) Imposto de renda		-	-
(=) Sobras/Perda do exercício		276	(1.560)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81
Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária		
	Associado	N/Associado	Consolidado
Receita Operacional	87.564	17.802	105.366
Fornecimento de energia elétrica	36.136	8.442	44.578
Uso do sistema de distribuição	41.796	8.342	50.138
Fornecimento não Faturado	1.037	165	1.202
Consumidores Livres	4.967	-	4.967
Doações, Contribuições e Subvenções	3.434	736	4.170
Serviços e outras receitas	194	117	311
(-) Deduções da receita operacional	31.728	7.386	39.114
ICMS	18.670	3.948	22.618
PIS-PASEP		120	120
COFINS		556	556
ISS	21	4	25
Encargos do Consumidor (CDE/P&D/PEE)	12.764	2.699	15.463
Receitas de Ultrapassagens	273	59	332
(=) Receita operacional líquida	55.836	10.416	66.252
(-) Custo do serviço de energia elétrica	57.205	12.096	69.301
Energia elétrica comprada para revenda	36.262	7.668	43.930
Encargo de uso do sistema de distribuição	3.904	826	4.730
Custo de operação	17.039	3.602	20.641
Pessoal e administradores	6.690	1.415	8.105
Material	1.200	254	1.454
Serviços de terceiros	2.792	590	3.382
Depreciação e amortização	2.053	434	2.487
Custo de Construção	3.957	836	4.793
Provisões	347	73	420
(=) Sobra Bruta	(1.369)	(1.680)	(3.049)
(+) Receitas operacionais	4.544	1.675	6.219
Receitas operacionais	4.544	1.675	6.219
(-) Despesas operacionais	767	162	929
Despesas gerais e administrativas	460	97	557
Outras despesas operacionais	307	65	372
(=) Resultado do serviço	2.408	(167)	2.241
(+/-) Receita (despesa/financeira)	(1.622)	(343)	(1.965)
Receita financeira	1.844	390	2.234
Despesa financeira	3.466	733	4.199
(=) Resultado operacional	786	(510)	276
(=) Sobras antes da Contribuição social e imposto de renda	786	(510)	276
(-) Contribuição Social	-	-	-
(-) Imposto de renda	-	-	-
(=) Sobras do exercício	786	(510)	276

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Resultado Abrangente e Destinações Legais e Estatutárias
Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2016	2015
RESULTADO/SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO	276	(1.560)
(+/-) Resultado Abrangentes	738	1.560
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8	462	1.269
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (Associados)	228	291
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (Terceiros)	48	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	1.014	-
RESULTADOS COM TERCEIROS	(462)	797
Resultado Líquido do Exercício (Oper. com não Associados)	(510)	753
Realização Ajuste de Avaliação Patrimonial (não Associados)	48	44
Base para Destinações Legais e Estatutárias	1.014	-
Fundo de Reserva - Art. 46, inc. a - Estatuto Social - 10%	101	-
FATES - Art. 46, inc. b - Estatuto Social - 5%	51	-
Fundo Exp. Manut. Sist. Distr. - Art. 46, inc. c - Estatuto Social - 50%	507	-
FATES - Operações com terceiros - Art. 48 - Estatuto Social.	-	-
(=) RESULTADO/SOBRA ABRANGENTE A DISPOSIÇÃO DA A.G.O	355	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

**COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA/
CNPJ nº 83.647.990/0001-81**

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)**

	Legislação societária								Saldo a disposição da AGO	Total
	Capital Social	Reservas de reavaliação e ajustes patrimoniais	Ajustes de avaliação patrimonial	Reservas de lucros				Fundo de expansão da sede social		
			Reserva de sobra	Recursos destinados a aumento de capital	FATES	Outros fundos				
Saldos em 31 de dezembro de 2014	1.348	873	2.611	8.332	1.148	126	11.579	371	688	27.076
Capital Social										-
Integralização das Sobras										-
Integralização de Quotas	29									29
Capital a Integralizar										-
Realização de reservas/fundos			(504)	(1.269)		(84)				(1.857)
Aumento nas reservas							688		(688)	-
Resultado do exercício (Ativ. com Associados)										-
Resultado do exercício (Ativ. com não Associados)										-
Destinações estatutárias:										-
Fundo de reserva										-
Fates										-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição										-
Ajustes de Avaliação Patrimonial										-
Avaliação a Valor Justo (IFRIC12)										-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.377	873	2.107	7.063	1.148	42	12.267	371	-	25.248
Capital Social										-
Integralização das Sobras										-
Integralização de Quotas	29									29
Capital a Integralizar										-
Integralização de reservas/fundos										-
Realização de reservas/fundos			(561)	(462)		(7)			738	(292)
Aumento nas reservas										-
Resultado do exercício (Ativ. com Associados)									786	786
Resultado do exercício (Ativ. com não Associados)									(510)	(510)
Destinações estatutárias:										-
Fundo de reserva				101					(101)	-
Fates						51			(51)	-
Fundo expansão manutenção sistema distribuição							507		(507)	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial										-
Avaliação a Valor Justo (IFRIC12)										-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.406	873	1.546	6.703	1.148	85	12.774	371	355	25.261

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA
CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015
(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2.016	2.015
Atividades operacionais		
Sobra líquida do exercício	276	(1.560)
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:	2.898	2.761
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	411	413
Depreciação e amortização	2.487	2.348
Resultado Ajustado do Exercício	3.174	1.201
Redução (aumento) nos ativos operacionais	(1.398)	(2.776)
Consumidores	(546)	(3.412)
Rendas a receber	73	(118)
Tributos a compensar	(896)	75
Outros créditos	(275)	(98)
Estoques	112	(163)
Premios de seguros	(6)	(2)
Serviço em curso	(100)	(85)
Subsídios tarifários e redução tarifária	388	960
Conta de compensação de variação de custos da parcela A	(147)	67
Aumento(redução) no passivo circulante	279	38.548
Fornecedores	(4.146)	3.222
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	(83)	34
Tributos e contribuições sociais	(193)	2.440
Credores diversos	770	536
Obrigações estimadas	34	204
Encargos do consumidor a recolher	191	2.841
Outras contas a pagar	274	(157)
Pesquisa e desenvolvimento e Eficiência energética	456	469
Provisão para contingências	183	41
Depósitos judiciais	(0)	2
Ativo indenizável (concessão)	(13)	28.903
Participação financeira do consumidor	336	622
Conta de compensação de variação de custos da parcela A	2.471	(609)
Caixa oriundo das atividades operacionais	2.055	36.973
Atividades de investimento		
Aumento nos investimentos	(5)	(3)
Aplicações no intangível	(3.724)	(32.723)
Total das atividades de Investimento	(3.729)	(32.726)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital pelos sócios	29	29
Reservas de capital	269	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(561)	(213)
Redução da reserva de fates	-	(84)
Empréstimos e financiamentos	(179)	(1.197)
Total das atividades de Financiamento	(442)	(1.465)
Total dos efeitos no caixa e equivalentes de caixa	(2.117)	2.782
Saldo inicial de caixa	4.045	1.263
Saldo final de caixa	1.928	4.045
Variação no caixa e equivalentes de caixa	(2.117)	2.782

#

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONAD - DVA

COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA

CNPJ nº 83.647.990/0001-81

Demonstração do Valor Adicionado - DVA - dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Legislação Societária	
	2016	2015
Receitas	110.832	121.775
Venda de energia e serviços	51.057	64.634
Uso do sistema de distribuição	50.138	46.965
Receita de construção	4.793	4.767
Locação de postes	697	639
Doações, Contribuições e Subvenções	4.170	4.946
Serviços e outras receitas	729	754
Receitas de ultrapassagens	(332)	(472)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(420)	(458)
(-) Insumos adquiridos de terceiros	59.219	64.575
Insumos consumidos	48.660	54.057
Serviços de terceiros	3.382	3.335
Materiais	1.454	1.361
Custo de construção	4.793	4.767
Outros	930	1.055
(=) Valor adicionado bruto	51.613	57.200
(-) Quotas de reintegração	2.487	2.348
Depreciação, amortização e exaustão	2.487	2.348
(=) Valor adicionado líquido produzido pela entidade	49.126	54.852
(+) Valor adicionado recebido em transferência	2.234	1.861
Receitas financeiras	2.234	1.861
(=) Valor adicionado total a distribuir	51.360	56.713
Distribuição do valor adicionado	51.360	56.713
Pessoal	6.958	6.366
Remuneração direta	5.198	4.807
Auxílio alimentação	560	497
Assistência médica/Plano de saúde	309	270
Encargos sociais exceto INSS	815	699
Outros	75	93
Governo	39.929	47.408
Federais	17.286	22.950
INSS (Folha de pagamento)	1.148	1.058
Imposto de renda e Contribuição social	-	-
PIS/COFINS	676	663
Encargos do consumidor	15.462	21.229
Estaduais	22.618	24.441
ICMS	22.618	24.441
Municipais	25	17
ISSQN	25	17
Remuneração de capital de terceiros	4.198	4.499
Outras despesas financeiras	4.198	4.499
Remuneração de capitais próprios	276	(1.560)
Sobras/Perdas do exercício	276	(1.560)
Valor adicionado (médio) por empregado	529	597

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas às Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2016 e 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A concessionária é uma sociedade cooperativa, de natureza civil, com sede na cidade de Içara, estado de Santa Catarina, Brasil, constituída na forma da Lei nº 5.764/71. Controlada pelos associados, tem o objetivo principal de prestação de serviço público de distribuição de energia elétrica a associados e público indistinto, em qualquer de suas formas, e regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão regulador vinculado ao Ministério de Minas e Energia.

2 DA CONCESSÃO

A Cooperativa possui concessão, consolidada no contrato nº 145/2002 e aditivos posteriores, firmado com o poder concedente, com validade até o dia 7 de julho de 2045, para a distribuição de energia elétrica nos municípios de Içara, Balneário Rincão, Araranguá e Jaguaruna, atendendo a 36.557 consumidores cativos e onze consumidores parcialmente livre. Adicionalmente, pela nova regulamentação do setor elétrico, estamos disponíveis para atender consumidores livres no Estado de Santa Catarina.

3 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas da Comissão de Valores Mobiliários, observando as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária (Lei nº 6.404/76) que incluem os dispositivos introduzidos pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009. Tais dispositivos tiveram como principal objetivo atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade que são emitidas pelo *International Accounting Standard Board – IASB*.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

Ao final de cada período a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL emite despachos que são levados em consideração para a adequada apresentação destas demonstrações. Para o período de 2016 a ANEEL emitiu o despacho de encerramento nº 3.371/2016.

A) Base de Mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico.

A administração da concessionária definiu que sua moeda funcional é o Real de acordo com as normas descritas no CPC 02 (R2) e Resolução CFC Nº 1.295/10 – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

B) Estimativas Contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis de acordo com as práticas adotadas no Brasil requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, ativo intangível, ativo indenizável, obrigações estimadas, provisões para contingências, estoques e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A concessionária revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

4 PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

A) Caixas e Equivalentes de Caixa

Compostos por valores em espécie, depósitos bancários disponíveis e numerários em trânsito.

B) Aplicações no mercado aberto e títulos de valores mobiliários

Estão demonstrados ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis.

C) Consumidores a receber

Engloba as contas a receber com fornecimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até a data do balanço, contabilizado com base no regime de competência. São considerados ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis.

D) Subsídios Tarifários

São valores repassados para equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias e permissionárias de distribuição, conforme previsto no Art. 13, inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013, em cumprimento ao disposto no Art. 4º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013, e também referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicadas aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, valores estes homologados na resolução homologatória nº 2.128, de 23 de agosto de 2016 e despachos posteriores.

E) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Está reconhecido em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as perdas na realização das contas a receber e outros créditos, e calculada na forma do manual de contabilidade da ANEEL.

F) Estoque (inclusive do ativo imobilizado)

Os materiais em estoque, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio de aquisição e aqueles destinados a investimentos estão classificados no ativo imobilizado, pelo custo de aquisição.

G) Ativos e Passivos Regulatórios

Os efeitos contábeis e financeiros produzidos pelas revisões e reajustes tarifários, e que geraram valores de ativos e passivos regulatórios, os quais são controlados através de registros conforme determina a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, não afetaram as demonstrações contábeis societárias até o exercício findo 2013.

Em 25 de novembro de 2014 a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica – Parcela A e outros componentes financeiros, incluídos no processo que estabelece o denominado Índice de Reajuste Tarifário-IRT. A Nota Técnica nº 280/2014-SFF/SCT/SRE/ANEEL detalha a análise para incluir, nos Contratos de Concessão e Permissão, tal dispositivo.

O Comunicado Técnico CTG 08, aprovado pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, considera que o aditamento aos Contratos de Concessão e Permissão, representa um elemento novo que elimina, a partir da adesão (assinatura) das Concessionárias e Permissionárias aos referidos contratos, as eventuais incertezas quando à probabilidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo desses itens originados das discussões tarifárias entre as entidades e o regulador, e que até então eram consideradas impeditivas para o reconhecimento desses ativos e passivos.

Conforme consta do CTG 08, a partir das alterações e aditivos aos contratos de concessão ou permissão, referidos ativos e passivos passam a ser qualificados como financeiros e, portanto, devendo ser registrados nas demonstrações contábeis das distribuidoras de energia elétrica.

A Cooperaliança assinou o Termo Aditivo ao Contrato de Concessão Nº 145/2002 em 10 de dezembro de 2014, assim registrando os valores de ativos e passivos regulatórios conforme demonstrado na Nota “16” e “25” respectivamente, a partir desta data.

H) Investimentos

As participações societárias permanentes nas diversas cooperativas de crédito, de prestação de serviços e federações estão registradas pelo seu custo de aquisição, mais as sobras capitalizadas em sua conta capital.

Para os investimentos em terrenos, dos quais não pertence à atividade vinculada na prestação de serviço de energia elétrica, a concessionária optou em adotar o custo atribuído em 1º/jan./2010. A cooperativa contratou empresa especializada em avaliação de imóveis, onde o respectivo trabalho resultou no valor justo destes investimentos.

I) Concessão do Serviço Público (Ativo Indenizado)

Refere-se à parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01

(R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão.

Essa parcela de infra-estrutura classificada como ativo financeiro é remunerada por meio do denominado WACC regulatório, que consiste na remuneração do investimento e que é cobrada mensalmente na tarifa dos clientes.

Diferenças entre o valor justo contabilizado e o novo valor justo ou valor novo de reposição (VNR) apurado são reconhecidas diretamente no patrimônio líquido, como Ajuste de Avaliação Patrimonial. Na data da revisão tarifária da Concessionária, que ocorre a cada quatro anos (próxima revisão prevista para agosto de 2017), o ativo financeiro poderá ser ajustado ao valor justo de acordo com a base de remuneração determinada ao valor novo de reposição pelos critérios tarifários.

No período de 2013, em razão da Revisão Tarifária, a concessionária realizou avaliação dos bens que compõem seu ativo indenizado/financeiro, o qual sofreu ajustes em contrapartida diretamente no patrimônio líquido. Tal avaliação gerou lançamento líquido negativo de R\$ 6.579 no imobilizado e respectivamente na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

J) Intangível

Compreende o direito de uso da infra-estrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, 677, de 13 de dezembro de 2011 e 654, de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos Intangíveis, os ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão e ICPC 17 Contrato de Concessão: Evidenciação e o OCPC 05 – Contrato de Concessão.

É avaliado ao novo valor de reposição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A concessionária entende não haver qualquer indicativo de que o valor contábil dos bens do ativo intangível exceda o seu valor recuperável. Tal conclusão é suportada pela metodologia de avaliação da base de remuneração utilizada para cálculo da amortização cobrada via tarifa, já que os registros contábeis e a base de cálculo da amortização regulatória correspondem aos ativos avaliados ao novo valor de reposição

K) TAXAS REGULAMENTARES

a) Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

b) Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

c) Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

d) Bandeiras Tarifárias

A partir de 2015 de 1º de julho de 2015, as contas de energia passaram a trazer o Sistema de Bandeiras Tarifárias. As bandeiras verde, amarela e vermelha indicam se a energia custa mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, e indicam o seguinte:

- Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;
- Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,025 para cada quilowatt-hora (kWh) consumidos;
- Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração. A tarifa sofre acréscimo de R\$ 0,045 para cada quilowatt-hora kWh consumido.

L) Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Concessionária e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

a) Receita Não Faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

b) Receita de Construção

A ICPC 01 (R1) estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 17 – Contratos de Construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A concessionária contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (I) a atividade fim da concessionária é a distribuição de energia elétrica; (II) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e, (III) a concessionária terceiriza a construção da infra-estrutura com partes não relacionada. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

M) Instrumentos Financeiros Não Derivativos

Instrumentos financeiros não-derivativos incluem aplicações financeiras, contas a receber e outros recebíveis, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, assim como outras contas a pagar.

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido, para instrumentos que não sejam reconhecidos pelo valor justo através de resultado, quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros não-derivativos são mensurados

conforme descrito a seguir.

Instrumentos financeiros mantidos até o vencimento

Se a empresa tem a intenção e capacidade de manter até o vencimento seus instrumentos, esses são classificados como mantidos até o vencimento. Investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzido de eventuais reduções em seu valor recuperável.

Instrumentos financeiros disponíveis para venda

Posteriormente ao reconhecimento inicial, são avaliados pelo valor justo e as suas flutuações são reconhecidas diretamente no Patrimônio Líquido, líquidas dos efeitos tributários. A empresa não possui instrumentos financeiros disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado

Um instrumento financeiro é classificado pelo valor justo através do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são designados pelo valor justo através do resultado se a empresa gerencia esses investimentos e toma as decisões de aplicação e resgate com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento do seu fluxo de caixa. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos. Instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado são medidos pelo valor justo, e suas flutuações são reconhecidas no resultado.

Instrumentos financeiros derivativos

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos pelo seu valor justo; custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado. A empresa não possui instrumentos financeiros derivativos.

N) Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência.

O) Outros direitos e obrigações

Demais ativos e passivos circulantes e de longo prazo estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos.

5 DISPONIBILIDADES

Legislação societária		
Numerário Disponível	2016	2015
Caixa	1	2
Bancos	1.145	2.937
TOTAL	1.146	2.939

5.1 Numerário em Trânsito

Legislação societária		
Numerário em Trânsito	2016	2015
Numerário	479	967
TOTAL	479	967

Os valores de numerário em trânsito são referentes a créditos quitados, e não repassados pelo agente arrecadador, resultante de disposição estabelecida em convênio de cobrança.

6 APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO

Legislação societária					
Instituição financeira	Tipo de aplicação	Vencimento	Remuneração	2016	2015
Bradesco S/A	CDB	diário	10% a.a	14	132
Caixa Econômica Federal	Renda Fixa	diário	Variável	85	-
Caixa Econômica Federal	Poupança	diário	Variável	54	-
Banco Santander	FIC Curto Prazo	Diário	Variável	-	4
Banco Safra S/A	Vinculada	Diário	Variável	151	3
TOTAL				304	139

7 CONSUMIDORES

Legislação societária		
Consumidores	2016	2015
Faturados	36.546	35.536
TOTAL	36.546	35.536

a) Composições das contas a receber

Consumidor	Legislação societária							
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	Provisão para Devedores duvidosos		Saldo	
					2016	2015	2016	2015
Residencial	2.363	726	584	3.673	(562)	(477)	3.111	3.517
Industrial	1.587	968	2.407	4.962	(1.608)	(1.341)	3.354	4.348
Comercial	1.249	322	413	1.984	(343)	(312)	1.641	2.067
Rural	690	188	101	979	(91)	(95)	888	806
Poder público	83	14	33	130	(7)	(8)	123	94
Iluminação pública	349	24	139	512	(139)	(144)	373	969
Serviço público	83	-	-	83	-	-	83	112
Renda não faturada	3.546	-	-	3.546	-	-	3.546	2.345
Subtotal - consumidores	9.950	2.242	3.677	15.869	(2.750)	(2.377)	13.119	14.258

Serviço taxado	33	23	28	84	(24)	(22)	60	54
Participação financeira	-	-	4	4	(4)	(4)	-	-
Parcelamentos	615	162	587	1.364	(388)	(361)	976	803
Encargo de capacidade	-	-	8	8	-	-	8	-
Desconto TUSD cons. Livre	1.246	-	-	1.246	-	-	1.246	142
TOTAL - CIRCULANTE	11.844	2.427	4.304	18.575	(3.166)	(2.764)	15.409	15.257
Parcelamentos	-	-	-	-	-	-	-	-
Industrial	-	-	1.406	1.406	-	-	1.406	1.406
TOTAL - NÃO CIRCULANTE	-	-	1.406	1.406	-	-	1.406	1.406

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer, em face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, em conformidade com o que determina o Manual de contabilidade de Serviços Público de Energia Elétrica, enquadrados nas seguintes situações:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;

Consumidores comerciais vencidos a mais de 180 dias;

Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias.

Foram realizadas ainda provisão para créditos de liquidação duvidosa das faturas da empresa Coposul – Copos Plásticos do Sul Ltda, a qual está em processo de concordata. A Administração da concessionária entende que 50% dos valores devidos pela empresa são suficiente para cobrir possíveis perdas.

b) Consumidores de baixa renda

A Lei 12.212 de 20 de janeiro de 2010 alterou as disposições contidas na lei 10.438 de 26 de abril de 2002 instituindo a TSEE (Tarifa Social de Energia Elétrica), que regulamenta o benefício aos consumidores da classe residencial baixa renda

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) regulamentou a aplicação da Lei 12.212/2010 através da resolução homologatória nº 945/2010 ampliando prazos progressivos para eliminação de benefícios oriundos da aplicação da 10.438/2002 e resoluções da ANEEL nº 431/2011 e nº 572/2013.

8 RENDAS A RECEBER

	Legislação Societária	
	2016	2015
Outras Rendas		
Multas p/ atraso	126	138
Tarifa de correio	1	7
Juros de mora	78	87
Custo Administrativo	23	-
Atualização monetária	22	82
Renda de serviço de arrecadação	14	23
TOTAL	264	337

9 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAR

Circulante

	Legislação Societária	
	2016	2015
ICMS sobre o ativo imobilizado	107	96
ICMS (faturas cancelados)	1.099	251
COFINS	1	1
Saldo negativo de CSLL	29	23
IRRF	58	53
Saldo negativo de IRPJ	34	25
TOTAL	1.328	449

Não circulante

NÃO CIRCULANTE	Legislação Societária	
	2016	2015
ICMS sobre ativo imobilizado	137	120
TOTAL	137	120

10 OUTROS CRÉDITOS

a) Circulante

	Legislação Societária	
	2016	2015
Empregados	38	84
Serviços prestados a terceiros	98	100
Equipamentos em poder de terceiros	260	139
Equipamentos em poder de terceiros em nosso poder	6	6
Parcelamento	588	570
Cheques em cobrança	79	90
Aluguéis a receber e duplicatas a receber	274	164
Cheques sem Custódia	8	8
Associação dos Funcionários	2	-
Desativações em Curso	46	-
Outros	33	33
TOTAL	1.432	1.194

b) Não circulante

	Legislação Societária	
	2016	2015
Consórcio Nacional Volkswagen	28	16
Empregados	37	12
TOTAL	65	28

11 DOAÇÕES, CONTRIBUIÇÕES E SUBVENÇÕES

	Legislação Societária	
	2016	2015
Subsídios tarifários e redução da tarifária	656	1.044
TOTAL	656	1.044

- **Subsidio – Eletrobrás - CDE** – São Valores repassados para equilíbrio da redução das tarifas das concessionárias de distribuição, conforme previsto no Art. 13 inciso VIII, da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013, em cumprimento ao disposto no Art. 4º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. E também referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicadas aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Conforme previsto no Art. 13, inciso VII, da Lei nº 10.438, de 26 de Abril de 2002, com redação dada pela Lei nº 12.839, de 09 de julho de 2013 e em cumprimento ao disposto o Art. 3º do decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013. Valores Estes homologados na resolução homologatória nº 2.128 de 23 de agosto de 2016.

12 PROVISÃO PARA DEVEDORES DUVIDOSOS

	Legislação Societária	
	2016	2015
Provisão para devedores duvidosos	3.166	2.920
Provisão PCLD – outros Créditos	565	565
Provisão PCLD – rendas a receber	165	-
TOTAL	3.896	3.485

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída para fazer face de eventuais créditos de liquidação duvidosa, conforme determina o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico – MCSE – resolução normativa nº. 605, de 11 de março de 2014, item 6.3.3 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, enquadrados nas seguintes condições:

Consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias;
Consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias; e
Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros, vencidos há mais de 360 dias.

Plano de ação para recuperação de receita de energia em atraso a mais de 90 dias extrajudicialmente, oferecendo desconto progressivos de multa, juros e correções monetárias de acordo com o número de parcelas solicitadas.

Parcelas por classes:

- Residência, Rural e Baixa Renda em até 12 parcelas.
- Industrial e Comercial em até 36 parcelas.
- Poder Público em ate 12 parcelas.

13 ESTOQUE

Material	Legislação Societária	
	2016	2015
Almoxarifado em serviço	47	85
Almoxarifado Sucata	45	-
Adiantamento Eletrobrás - PROINFA	118	237
Adiantamento a fornecedores	3	3
TOTAL	213	325

14 SERVIÇOS EM CURSO

	Legislação Societária	
	2016	2015
Serviços prestados a terceiros		
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	220	109
Programa de Eficiência Energética – PEE	314	325
Serviços prestados a terceiros	56	56
TOTAL	590	490

15 DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	Legislação Societária	
	2016	2015
Seguros de equipamentos	11	11
Seguros de prédios	1	1
Seguros de veículos	9	3
TOTAL	21	15

16 CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA A

	Legislação Societária	
	2016	2015
CVA-CDE	1	127
CVA-PROINFA	153	10
CVA-Compra de Energia	2.268	2.138
Ativo Regulatório	-	-
TOTAL	2.422	2.275

17 DEPÓSITOS JUDICIAIS

	Legislação Societária	
	2016	2015
Trabalhistas	33	33
TOTAL		33

18 INVESTIMENTOS

	Legislação societária	
	2016	2015
Coligadas	-	-
Fecoerusc Ltda.	35	35
Credija – Sicoob – SC	13	11
Unicred	4	4
Acicred	20	19
Cresdisulca	2	1
Terrenos não operacionais	18	18
Ajuste de avaliação patrimonial	52	52
Terreno Associação	141	141
Ajuste de avaliação patrimonial	1.859	1.859
Maquinas e Equipamentos	1	-
TOTAL	2.145	2.140

19 IMOBILIZADO

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da cooperativa, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contrato de Concessão, a qual fornece orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro indenizável por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

O Ativo Imobilizado da concessionária está composto da seguinte forma:

BENS

		2015	Adições Depreciação	Baixas	2016
Imobilizado	Ajuste de avaliação patrimonial	7.927		(466)	7.461
	Edificações	2.283			2.283
	Intangíveis	300			300
	Licenças e softwares	(120)	31		(89)
	Maquinas e equipamentos	56.978	4.605	(652)	60.931
	Moveis e utensílios	411	6		417
	Servidões	300			300
	Sistemas e outros	484			484
	Terrenos	2.431			2.431
	Veículos	820	168	(132)	856
Imobilizado Total		71.814	4.810	(1.250)	75.374
Depreciação	Ajuste de avaliação patrimonial	(13.575)	(95)		(13.670)
	Edificações	(561)	(65)		(626)
	Licenças e softwares	(160)	(11)		(171)
	Maquinas e equipamentos	(16.461)	(2.087)	185	(18.363)
	Moveis e utensílios	(164)	(19)		(183)
	Servidões	-			-
	Veículos	(484)	(72)	43	(513)
Depreciação Total		(31.405)	(2.349)	228	(33.526)
Contas em Curso	Contas em Curso	1.995	17.081	(17.270)	1.806
Contas em Curso Total		1.995	17.081	(17.270)	1.806
Total Geral		42.404	19.542	(18.292)	43.654

	2016	2015
Ativo Indenizável (Societário)	851	838
Intangível (Societário)	42.804	41.567
Total	63.655	42.405
Ativo imobilizado (Regulatório)	43.655	42.405

Com base na aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 (R1) – Contrato de concessão e da Orientação Técnica OCPC 05 – Contrato de concessão, o Ativo Imobilizado está demonstrado nas demonstrações contábeis pelos seguintes itens:

ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infra-estrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

INTANGÍVEL

A Administração da concessionária entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro).

20 FORNECEDORES

	Legislação societária	
	2016	2015
Energia elétrica – Celesc Distribuição S.A	9.463	14.424
Materiais e serviços	2.366	1.551
TOTAL	11.829	15.975

21 FOLHA DE PAGAMENTO

	Legislação societária	
	2016	2015
Diretores	13	7
Empregados	194	180
Contribuição social	-	34
Pensões Judiciais descontadas	2	3
Sindicato	4	4
IRRF	-	43
Convênios/repasses descontados dos funcionários	20	45
TOTAL	233	316

22 TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Circulante	Legislação Societária	
	2016	2015
ICMS normal	303	90
ICMS parcelamentos	2.555	3.390
Imposto de renda	18	6
PIS a recolher	10	10
COFINS a recolher	48	47
ISS – Imposto Sobre Serviço	9	3
INSS empresa	270	82
INSS autônomos	2	1
FGTS	47	43
INSS prestadores de serviços	66	20
PIS	7	7
Contribuição social	5	1
Contribuição Social - Empregados	107	-
Imposto de Renda - Empregados	53	-
Contribuição Social – Diretor	7	-
Outros	5	5
TOTAL	3.512	3.705

23 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

23.1 CIRCULANTE

Instituição Financeira	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	Legislação Societária	
					2016	2015
Caixa Econômica Federal	20.1785.737.000 008-94	3	1,57% am	18/02/2019	1.167	159
Sicred Coop. Crédito	B50331366-0	2	0,92% a.m	13/05/2018	567	400
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	21.360	3	4,5% a.a	15/04/2020	179	181
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE (W2)	21.359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	1.160	1.158
Banco Safra	147002103308	2	1,55% a.m	02/05/2017	693	502
Banco Santander	0006990	2	1,55% a.m	29/12/2018	287	1.002
Sicred Coop. Crédito (W1)			1,60 % a.m		499	-
Caixa Econômica Federal (W1)			15,15 % a.m		7	-
Banco Itaú (W1)			6,40 % a.m		-	370
Bradesco S/A (W1)		3	1,69 % a.m		487	-
TOTAL					5.046	3.772

23.2 NÃO CIRCULANTE

NÃO CIRCULANTE	Contrato	Garantias	Taxa juros	Vcto	Legislação Societária	
					2016	2015
Sicred Coop. Crédito	B50331366-0	2	0,92% a.m	13/05/2018	-	567
Caixa Econômica Federal	20.1785.737.0 00008-94	3	1,57% am	18/02/2019	1.361	-
Banco Safra	147002103308	2	1,55% a.m	02/05/2017	919	1.613
Banco Santander	0006990	2	1,55% a.m	29/12/2018	341	627
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	21360	3	4,5% a.a	15/04/2020	422	596
Banco Reg. Desenv. Ext. - BRDE	21359	3 e 4	4,9% a.a + TJLP	15/04/2020	2.706	3.801
TOTAL					5.749	7.204

Garantias

- 1 – Caução
- 2 – Aval
- 3 – Alienação fiduciária
- 4 – Hipoteca
- W1 – Saldo negativo em contas correntes
- W2 – Estão hipotecados a este financiamento os seguintes imóveis:

Imóvel	Hipoteca	Localização	M²	Matricula
Terreno urbano	1º Grau	Içara	4.140	23.861
Terreno urbano	1º Grau	Içara	840	20.200
Terreno urbano	1º Grau	Içara	13.920	31.388
Terreno urbano	1º Grau	Içara	2.552	30.735
Terreno urbano	2º Grau	Içara	10.000	36.431

24 CREDORES DIVERSOS

	Legislação Societária	
	2016	2015
Consumidores	206	181
Créditos de ICMS	3.312	2.646
Recuperação Judicial	40	20
Outros créditos	266	207
TOTAL	3.824	3.054

25 CONTA DE COMPENSAÇÃO DE VARIAÇÃO DE CUSTOS DA PARCELA A

	Legislação Societária	
	2016	2015
CVA-Compra de Energia		-
CVA - CDE	2.806	-
Passivo Regulatório	1.376	1.376
Bandeiras tarifárias	671	1.006
TOTAL	4.853	2.382

26 OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Legislação Societária	
	2016	2015
Tributos e contribuições sociais	208	192
Folha de pagamento	535	517
TOTAL	743	709

27 ENCARGOS DO CONSUMIDOR

	Legislação Societária	
	2016	2015
Quota da conta de desenvolvimento energético – CDE	496	1.036
PROINFA	134	-
Repasse à conta CCBRT – bandeiras	2.434	1.885
Encargos tarifários	48	-
TOTAL	3.112	2.921

28 PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

	Legislação Societária	
	2016	2015
Pesquisa e desenvolvimento – FNDCT	26	23
Pesquisa e desenvolvimento – MME	13	12
Pesq. e Desenv. Recursos em poder da empresa	702	514
Programa de Eficiência Energética	1.838	1.574
TOTAL	2.579	2.123

29 OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Legislação Societária	
	2016	2015
Encargos tarifários	-	48
Convênios	17	11
Taxa de fiscalização	7	7
Cosip	570	254
Outras	10	10
TOTAL	604	330

30 CONTRIBUIÇÃO PARA PIS/COFINS SOBRE FATURAMENTO

A Lei nº 5.764/71, que regulamenta as sociedades cooperativas, estabelece a isenção da tributação do ato cooperativo resultando consequente na não tributação do PIS/COFINS, na venda de bens e serviços aos seus associados.

A contribuição para o PIS/COFINS ocorre na venda de bens a não associados, na proporção de 0,65% (zero sessenta e cinco pontos percentuais) para o PIS e de 3,00% (três pontos percentuais) para a COFINS. A concessionária aplicou no exercício as disposições legais concernentes a tributação no que tange a operações com não associados.

31 PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

Contingência	Valor da Provisão		2016	Valor da Provisão		2015
	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Fiscais						
Cofins	-	1.064	-	-	1.064	-
Pis	-	231	-	-	231	-
Subtotal	-	1.295	-	-	1.295	-
Contingência	Valor da Provisão		2016	Valor da Provisão		2015
	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais	No Exercício	Acumulada	Depósitos Judiciais
Trabalhistas						
Ações	-	101	33	41	101	33
Subtotal	-	101	33	41	101	33
Regulatórias						
Outras	183	183	-	-	-	-
Subtotal	183	183	-	-	-	-
TOTAL	183	1.579	33	41	1.396	33

31.1 Fiscais

Com a edição da MP 1858/99, e Lei Complementar nº 70/91 todas as cooperativas passaram a ser tributadas inclusive sobre PIS e COFINS até então isenta conforme Lei nº 5.764/71. As cooperativas do estado junto com Federação das Cooperativas de Energia e Desenvolvimento Rural de Santa Catarina (Fecoerusc) impetraram ação de inconstitucionalidade da MP, e nesta condição, o provisionamento foi efetuado até o advento da Instrução Normativa 358/2003 da Receita Federal.

31.2 Trabalhistas

Encontram-se em andamento reclamatórias cíveis e trabalhistas movidas contra a entidade, cujo montante das causas esboçados pela assessoria jurídica, aproxima-se de R\$ 941 mil.

Com base nas análises efetuadas pela assessoria jurídica da entidade, os riscos de perda dessas causas classificados como "Prováveis", chegam ao valor de R\$ 101 mil reais, dos quais foram realizados o registro contábil dessas contingências, conforme disposto na Resolução CFC Nº 1.180/09.

31.3 Regulatórias

Encontra-se em processo na Aneel AI nº1033/2015-SFF referente ao termo de notificação: nº 044/2013-SFF

32 Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como, as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo órgão regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

À partir de 14 de agosto de 2009, data da segunda Revisão Tarifaria da cooperativa, estas obrigações estão sendo depreciadas.

A composição destas obrigações:

Participação Financeira do Consumidor	Custo Histórico	Depreciação e amortização acumulada	Legislação Societária	
			2016	2015
			Valor Líquido	Valor Líquido
Distribuição	383	(81)	302	270
Ajuste de avaliação patrimonial	139	(26)	113	118
Programa de Eficiência Energética	55	(9)	46	48
Pesquisa e Desenvolvimento	532	(59)	473	494
Ultrapassagens de Demanda e Reativo	1.116	-	1.116	784
TOTAL	2.225	(175)	2.050	1.714

33 DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS

Das sobras apuradas no exercício de 2016, foram provisionados os seguintes fundos, de acordo com o Artigo 46º e 48º do Estatuto Social.

	Legislação societária	
	Percentual %	Valor
Ajustes de exercício anteriores		-
Realização dos ajustes de avaliação patrimonial		276
Reversão Reserva Legal NBC T 10.8		462
Sobras líquidas do exercício		276
Total das sobras/perdas		1.014
Resultado com associados		786
Resultado com não associados		(510)
Resultado do exercício		276
Base para destinações legais e estatutárias		1.014
Fundo de reserva legal	10%	101
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	5%	51
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	50%	507
Resultado com não associados destinado ao FATES	100%	-
Total das destinações estatutárias		659
Sobras à disposição da AGO		355

O resultado negativo de operações com terceiros e absorvido pela reserva legal, conforme legislação vigente.

34 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

34.1 Capital social

O capital social em 31 de dezembro de 2016 é de R\$ 1.406, é constituído de quotas partes conforme artigo 14º do Estatuto Social, "O Capital Social da Cooperativa é representado por quotas – partes no valor de R\$ 1,00 (hum real) cada, não terá limite quanto ao máximo, variará conforme o número de quotas subscritas, mas nunca será inferior a 10.641,00 (dez mil seiscientos e quarenta e um reais).

	Legislação Societária	
	2016	2015
Capital Subscrito	1.467	1.417
(-) Capital a Integralizar	(61)	(40)
TOTAL	1.406	1.377

34.2 Reservas de capital

	Legislação Societária	
	2016	2015
Correção monetária complementar	873	873
TOTAL	873	873

34.3 Ajuste de avaliação patrimonial

	Legislação Societária	
	2016	2015
Ajuste de avaliação patrimonial	1.546	2.107
TOTAL	1.546	2.107

A movimentação da conta de ajuste de avaliação patrimonial ocorreu da seguinte forma:

Saldo Anterior	2.107
Bens baixados no período	285
Realização do AVP	276
Saldo Final	1.546

34.4 Reserva de sobras

	Legislação Societária	
	2016	2015
Reserva legal	6.703	7.063
Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social – FATES	85	42
Fundo de Exp. E Manutenção do Sistema de Distribuição	12.774	12.267
Reserva p/ Geração de Energia	1.148	1.148
Fundo de Expansão da Sede Social	371	371
Sobras à disposição da A.G.O	355	-
TOTAL	21.436	20.891

Conforme artigo 46 do Estatuto Social:

“A Cooperativa se obriga a constituir”: a) O Fundo de Reserva destinado a reparar perdas ou atender o desenvolvimento de suas atividades, constituído de 10% (dez por cento) das sobras líquidas verificadas no exercício. B) O Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social, destinado à prestação de assistência aos associados, seus familiares e seus empregados, constituído de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício. C) O fundo de expansão e manutenção do sistema de distribuição, priorizando a universalização dos serviços em sua área de atuação, constituído de 50% das sobras líquidas verificadas no exercício.

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 44, item II, define que as sobras apuradas no exercício, após constituídas as provisões dos fundos estatutários terão destinação definidas em Assembleia Geral. Nos últimos 14 anos a A.G.O determinou que as sobras fossem destinadas ao fundo de reserva legal, fundo de expansão e melhoria e capitalizadas. Caso a A.G.O defina a distribuição, entre os associados, das sobras apuradas no exercício, o estatuto social define assim a sua distribuição: **“Art. 51 – As sobras líquidas da Cooperaliança apuradas no exercício, serão rateadas entre os associados na direta proporção do usufruto dos serviços, salvo deliberação adversa da assembleia geral.”**

A Lei nº 5.764/71, em seu art. 89, define que os prejuízos verificados no decorrer do exercício serão cobertos com recursos provenientes do fundo de reserva e, se insuficiente este, mediante a rateio, entre os associados, na razão direta dos serviços usufruídos, ressalvada a opção prevista no parágrafo único do art.80.

35 RECEITA OPERACIONAL

35.1 Fornecimento energia elétrica

	Nº de consumidores		MWH		Legislação Societária	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Consumidores						
Residencial	31.114	30.263	52.292	52.068	17.820	18.070
Industrial	176	182	46.269	78.230	12.553	29.895
Comercial	2.362	2.241	23.489	23.860	8.342	9.365
Rural	2.646	2.612	11.262	10.873	2.626	2.758
Poder público	221	213	1.536	1.517	546	556
Iluminação pública	04	04	10.774	10.819	2.002	2.415
Serviço público	16	14	2.146	2.373	689	809
Consumo próprio	7	07	117	96	-	-
Renda não faturada	-	-	-	-	-	647
Provisão redução da tarifa – TUSD	-	-	-	-	-	119
(-) Ultrapassagem de demanda e reativos	-	-	-	-	-	(472)
TOTAL	36.546	35.536	147.886	179.836	44.578	64.162

35.2 Uso do sistema de distribuição

	Legislação Societária	
	2016	2015
Consumidores		
Residencial	16.899	16.521
Industrial	19.194	17.297
Comercial	8.135	7.565
Rural	2.510	2.314
Poder público	515	506
Iluminação pública	2.404	2.263
Serviço público	481	499
TOTAL	50.138	46.965

35.3 Fornecimento não Faturado

	Legislação Societária	
	2016	2015
Fornecimento não Faturado	1.201	-
TOTAL	1.201	-

35.4 Consumidores Livres

	Legislação Societária	
	2016	2015
Industrial	4.967	-
TOTAL	4.967	-

35.5 Doações, contribuições e subvenções

	Legislação Societária	
	2016	2015
Doações, contribuições e subvenções	4.170	4.946
TOTAL	4.170	4.946

35.6 Serviço e outras receitas

	Legislação Societária	
	2016	2015
Serviços Taxados	311	278
TOTAL	311	278

36 DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL

36.1 Impostos

	Legislação Societária	
	2016	2015
ICMS	22.618	24.441
PIS-PASEP	120	118
COFINS	556	545
ISSQN	25	17
TOTAL	23.319	25.121

36.2 Encargos do Consumidor

	Legislação Societária	
	2016	2015
Programa de Eficiência Energética - PEE	331	348
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	14.455	12.295
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	331	348
Taxa de fiscalização	82	87
Repasse à conta CCBRT - Bandeiras	263	8.151
TOTAL	15.462	21.229

36.3 Receitas de Ultrapassagens

	Legislação Societária	
	2016	2015
Receitas de Ultrapassagens	332	-
TOTAL	332	-

37 ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

Suprimento	Quantidade MWH		Legislação Societária	
	2016	2015	2016	2015
Celesc Distribuição S/A	168.528	196.579	43.930	49.794

38 ENCARGO DE USO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO

TUSD	Legislação Societária	
	2016	2015
Celesc Distribuição S/A	4.730	4.263

39 DESPESAS OPERACIONAIS

Despesas de Pessoal:

	Legislação Societária	
	2016	2015
Remunerações (incluídos diretores R\$ 452)	4.745	4.307
Encargos sociais	1.829	1.631
Auxílio alimentação	606	541
Convênio assistencial e outros benefícios	335	294
Roupas profissionais	54	31
Seguros	8	19
Auxílio Transporte	3	4
Capacitação e treinamento	16	47
Provisões	1.140	1.200
(-) Transferência para ordens em curso	(631)	(650)
TOTAL	8.105	7.424

Nas despesas com pessoal estão incluídas a remunerações dos diretores, membros do Conselho Fiscal e Delegados representantes junto a Fecoeusc no valor total de R\$ 452 mil.

40 RESULTADO FINANCEIRO

	Legislação Societária	
	2016	2015
Receitas financeiras	2.234	1.861
(-) Despesas financeiras	4.198	4.499
TOTAL	(1.965)	(2.638)

Receitas financeiras	Legislação Societária	
	2016	2015
Receitas de aplicações financeiras	104	8
Juros recebidos	-	51
Encargos financeiros sobre energia	894	975
Outras – Receitas financeiras	461	712
Variações monetárias – Ativos Regulatórios	152	115
Descontos Obtidos	420	-
Atualização Monetária	203	-
TOTAL	2.234	1.861

Despesas financeiras	Legislação Societária	
	2016	2015
Despesas bancárias	152	1.140
Outras despesas	67	167
Juros ICMS	1.003	187
Multa indicadores de continuidade	13	5
Compensação medição de tensão e qualidade no atendimento Com.	2	3
Multas moratórias	-	1
Multas compensatórias	5	-
Juros Fornecedores	822	1.373
Juros sobre financiamentos	1.718	1.444
Despesas SELIC P&D e PEE	243	179
Variações monetárias – Passivos Regulatórios	173	-
TOTAL	4.198	4.499

41 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O cálculo das provisões para o Imposto de Renda e a contribuição social obedece ao disposto na Legislação Fiscal e na Lei nº 5.764/71, (sociedades cooperativas), que define a forma de tributação sobre operações com associados e com terceiros (não associados).

Operações	Legislação Societária	
	2016	2015
Associados	87.564	98.964
Não associados	17.802	17.387
TOTAL DA RECEITA	105.366	116.351

A Lei nº 5.764/71 isenta as operações com associados, portanto o imposto de renda foi calculado somente sobre as operações com terceiros na forma da legislação vigente, ou seja, a alíquota de 15% sobre a base de cálculo, acrescido de adicional de 10% sobre o que exceder o limite de R\$ 20.000,00 mensais.

Contribuição Social – foi calculada a alíquota de 9% da base de cálculo sobre a receita com terceiros (não associados).

Portanto, como o resultado com terceiros (não associados) de 2016 foi negativo em R\$ (510), não temos provisão de Imposto de Renda e contribuição social.

42 PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Cooperativa Aliança não possui programa de participação nas sobras da empresa direcionada aos empregados.

43 PLANO DE SAÚDE E OUTROS BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

A concessionária patrocina integralmente o plano de saúde da Unimed aos funcionários.

Os dependentes, pelo sistema de custo operacional, através de parceria com a Associação de Funcionários.

Possui convênio odontológico para atendimento de funcionários.

Também mantém contratado seguro de vida no agente financeiro Caixa Seguradora a todos os colaboradores.

Bolsa de estudo aos colaboradores custeando 50% das mensalidades englobando cursos regulares de extensão nível superior e profissionalizante e 75% para os profissionais que estão cursando o técnico em eletrotécnica.

Vale alimentação a todos os colaboradores em convênio com Federação das associações empresariais de SC - FACISC no valor de R\$ 532,40 (quinhentos e trinta e dois reais e quarenta centavos).

Vale transporte aplicado de conformidade com as disposições previstas no acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria.

Convênio para saúde ocupacional e segurança do trabalho firmado com a empresa ErgoMedicinal.

Disponibilização de uniformes a todos os funcionários.

44 TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Cooperativa Aliança não efetuou transações com partes relacionadas, por não possuir controle acionário com empresas controladas. A citação efetuada no item investimentos refere-se a capital integralizado em órgão de classe do cooperativismo.

45 SEGUROS

A especificação por modalidade de risco e data de vigência dos principais seguros está demonstrada a seguir:

Riscos Veículos	Data da Vigência	Importância Segurada
Frota	02/04/2016 a 02/04/17 11/12/2016 a 11/12/2017	1.412
Equipamentos	05/12/2016 a 05/12/2017	1.569
Prédios	06/03/2016 a 06/03/2017	3.800

46 UNIVERSALIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA (*)

O decreto nº 4.873, de 11 de novembro de 2008, instituiu o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica destinado ao atendimento de novas ligações ao meio rural – Programa Luz para Todos, sem ônus aos clientes. A concessionária não utilizou recursos deste programa, sustentados pelo fato de ter sua área de concessão universalizada.

47 RECLASSIFICAÇÃO DE CONTAS – COMPARABILIDADE

Para efeito de comparabilidade foram realizadas alterações nas seguintes rubricas nas demonstrações contábeis de 2016 em relação com o período de 2015, conforme segue:

	Reclassificado 2015	Publicado 2015
Ativo	70.849	69.135
Não Circulante		
Participação financeira do consumidor W1	0,00	(1.714)
Passivo	70.849	69.135
Não Circulante		
Obrigações vinculadas a permissão W1	1.714	0,00

W1 - As obrigações vinculadas a permissão (passivo) que vinham sendo reclassificadas (reduzora) para o Intangível/Imobilizado (Ativo), com a vigência do novo manual de contabilidade das empresas de energia elétrica, esta reclassificação não é mais exigida.

48 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos subsequentes que poderão causar impacto na posição patrimonial, financeira, no resultado e nas atividades são:

- Revisão Tarifaria de agosto de 2017.

Jorge Rodrigues
Presidente

Cleber Luiz Oliveira da Silva
Secretário

Daniel Zanolli Vieira
Contador CRC SC.030661/O-7

PARECER DO CONSELHO FISCAL

ATA Nº 181 e DECIMA SETIMA REUNIÃO DO CONSELHO FISCAL DA COOPERATIVA ALIANÇA – COOPERALIANÇA, Realizada aos vinte e dois dias do mês de fevereiro de dois mil e dezessete, na sede da Cooperaliança, situada na Rua: Ipiranga, 333, centro, Içara – SC, CEP: 88820-000, estado de Santa Catarina, às 18h30min (dezoito e trinta) horas, os membros do conselho fiscal efetivos: Paulo Roberto Brígido, Fabio da Silva Freitas e Antonio Mendes e os suplentes: Vanessa Nuernberg, Elizeu Perazzoli e Evanor Osmar Prudêncio no primeiro ato do dia o conselho fiscal da Cooperativa, se reuniu com o auditor Sr. Ivan Rzatki, bem como o contador da Cooperaliança Sr. Daniel Zanolli Vieira para examinar e apreciar o seguinte: Balanço Patrimonial, Demonstração das sobras, Demonstração dos fluxos de caixa, Demonstração do valor adicionado, parecer dos auditores independentes, Relatório da diretoria e outros relatórios referentes ao período entre primeiro de janeiro de dois mil e dezesseis a trinta e um de dezembro do mesmo ano. Depois de procedido os exames detalhados das contas e demonstrativos, resolvem emitir o seguinte parecer: Em cumprimento as determinações estatutárias e ao mandato que nos foi concedido, declaramos que após exames detalhados dos documentos e trabalhos executados durante o ano de dois mil e dezesseis, dos quais foram realizadas auditorias internas nos diversos setores da Cooperativa e ainda reuniões regulamentares efetuadas até a presente data, nas quais tomamos conhecimento de todos os atos praticados, considerando a relevância dos fatos e em vista da realização da Assembléia Geral Ordinária marcada para dez de março de dois mil e dezessete, cujo edital de convocação esta sendo divulgado dentro do prazo previsto pelo Estatuto Social, somos de parecer favorável no sentido de que as referidas demonstrações sejam aprovadas pelos associados na Assembléia Geral Ordinária. Nada mais havendo a tratar o coordenador do conselho fiscal Paulo Roberto Brígido deu por encerrada a reunião da qual eu, Fabio da Silva Freitas, secretário lavrei a presente ata, que após lida se aprovada será assinada por mim e demais membros do conselho fiscal.

Içara - SC, 22 de fevereiro de 2017.



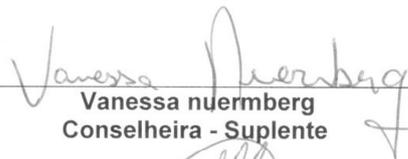
Paulo Roberto Brígido
Coordenador



Fabio da Silva Freitas
Secretário



Antônio Mendes
Conselheiro – Efetivo



Vanessa Nuernberg
Conselheira - Suplente



Evanor Osmar Prudêncio
Conselheiro – Suplente



Elizeu Perazzoli
Conselheiro - Suplente

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES



RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores, Conselheiros e Associados da **COOPERATIVA ALIANÇA**.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis de **COOPERATIVA ALIANÇA**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações das sobras, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira de **COOPERATIVA ALIANÇA** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Concessionária, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros Assuntos - Informação Suplementar – Demonstração do Valor Adicionado

Examinamos também a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, preparada sob a responsabilidade da Administração da Cooperativa, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da Concessionária é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se,



com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Concessionária continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Concessionária ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Concessionária são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Concessionária.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



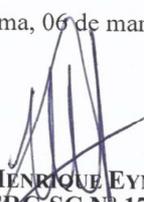
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Concessionária. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Concessionária a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Criciúma, 06 de março de 2017.

MÜLLEREYNG AUDITORES INDEPENDENTES S/S - EPP
CRC/SC-006351/O



JOSÉ HENRIQUE EYNG
CONTADOR CRC-SC Nº 17.329/O-8
CNAI Nº 638

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA,

O Presidente da COOPERATIVA ALIANÇA – COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associados para comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a realizar-se no dia **10 de março de 2017** nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, sito à Rua Duque de Caxias, 147, Centro, nesta Cidade de Içara, SC – por não haver acomodações na sede social. A primeira convocação se dará às **17 horas** com a presença de 2/3 de seus associados, às **18 horas** em segunda convocação com a presença de metade mais 01 (um) de seus associados, ou, às **19 horas** em terceira e última convocação com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte:

ORDEM DO DIA

- 1) Prestação de contas do Conselho de administração acompanhado de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2016, compreendendo:
 - a) Relatório da Gestão;
 - b) Balanço Patrimonial;
 - c) Demonstrativo das sobras/perdas apuradas no exercício;
 - d) Parecer do Conselho Fiscal.
- 2) Destinação das sobras/perdas apuradas no exercício.
- 3) Eleição e posse dos componentes do Conselho Fiscal período 2017.
- 4) Fixação de Pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados.
- 5) Plano de Investimentos para o exercício de 2017.
- 6) Plano de aplicação dos recursos do FATES.
- 7) Assuntos gerais.

Observações:

- a) Para efeito de Verificação de “quórum” a Cooperativa possui 36.815 associados.
- b) A Assembleia Geral Ordinária permanecerá em aberto e se prolongará até dia **11 de março de 2017**, (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos.
- c) As eleições constantes no item 03, deste edital, terão início às 08:00 horas do dia **11 de março de 2017** e se encerrarão às 17:00 horas do mesmo dia.
- d) A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, sito à Rua Duque de Caxias, 147, Içara – Centro, onde votarão todos os associados aptos ao exercício do voto.
- e) Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal, deverão compor chapas e inscrevê-las junto à Secretaria Geral da Cooperaliança até as 18:00 horas do dia **01 de março de 2017**.
- f) As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes.
- g) Os documentos a serem apreciados no item 01 da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados a partir do dia **01 de março de 2017**, na sede Social e através do sítio eletrônico www.cooperalianca.com.br.
- h) Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento com fotografia que o identifique e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa.

i) As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada para comprovação do representante legal.

j) As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal.

k) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **10 de março de 2017** deverão ser comprovados com a apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria **da assembleia/eleição**.

l) Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **11 de março de 2017** não habilitam a exercer direito de voto.

Içara SC, 17 de fevereiro, de 2017.



JORGE RODRIGUES
PRESIDENTE.

CNPJ: 83.647.990/0001-81

NIRE: 42.4.0000375-3

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA DA COOPERATIVA ALIANÇA - COOPERALIANÇA, realizada aos 10 (dez) dias do mês de março do ano de 2.017 (dois mil e dezessete), nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, sito à Rua Duque de Caxias, 147 (cento e quarenta e sete), nesta cidade de Içara, SC, em terceira e última convocação, às 19:00 (dezenove) horas, com a presença, na abertura da assembleia, de 112 (cento e doze) associados em condições de votar, conforme assinaturas apostas nos livros de presença, cumprindo-se, portanto, o número mínimo de dez associados exigido pelo art. 21, alínea “c”, do Estatuto Social. A assembleia geral ordinária teve sua convocação determinada pelo Conselho de Administração conforme edital abaixo transcrito: **EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA**, O Presidente da COOPERATIVA ALIANÇA – COOPERALIANÇA, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo Estatuto Social, convoca os Senhores associado para comparecerem à ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA a realizar-se no dia **10 de março de 2017**, nas dependências do Ginásio de Esportes da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, sito na Rua Duque de Caxias, 147, Centro, nesta Cidade de Içara, SC – por não haver acomodações na sede social, às **17 horas**, em primeira convocação com a presença de 2/3 de seus associados, às **18 horas**, em segunda convocação, com a presença de metade mais hum (1) de seus associados, ou, às **19 horas**, em terceira e última, convocação, com a presença de no mínimo 10 (DEZ) associados para deliberarem sobre a seguinte: **ORDEM DO DIA 1)** Prestação de contas do Conselho de administração acompanhado de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2016, compreendendo: **a)** Relatório da Gestão; **b)** Balanço Patrimonial; **c)** Demonstrativo das sobras/perdas apuradas no exercício; **d)** Parecer do Conselho Fiscal. **2)** Destinação das sobras/perdas apuradas no exercício. **3)** Eleição e posse dos componentes do Conselho Fiscal período 2017. **4)** Fixação de Pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados. **5)** Plano de Investimentos para o exercício de 2017. **6)** Plano de aplicação dos recursos do FATES. **7)** Assuntos gerais. **Observações:** **a)** Para efeito de Verificação de “quórum” a Cooperativa possui 36.815 associados. **b)** A Assembleia Geral Ordinária permanecerá em aberto e se prolongará até dia **11 de março de 2017**, (sábado), quando serão apurados os resultados da votação e empossados os eleitos. **c)** As eleições constantes no item 03, deste edital, terão início às 08:00 horas do dia **11 de março de 2017** e se encerrarão às 17:00 horas do mesmo dia. **d)** A votação será realizada nas dependências da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, sito à Rua Duque de Caxias, 147, Içara – Centro, onde votarão todos os associados aptos ao exercício do voto. **e)** Os interessados em concorrer aos cargos eletivos para o Conselho Fiscal, deverão compor chapas e inscrevê-las junto à Secretaria Geral da Cooperaliança até as 18:00 horas do dia 14 de março de 2017. **f)** As chapas apresentadas deverão conter documentação prevista na resolução Nº 31 do CNC (Conselho Nacional de Cooperativismo) e expressa concordância de seus componentes. **g)** Os documentos a serem apreciados no item 01 da Ordem do Dia estarão disponíveis aos associados a partir do dia 01 de março de 2017, na sede Social e através do sitio eletrônico a seguir www.cooperalianca.com.br. **h)** Para exercer seu direito de voto, o associado deverá apresentar-se munido de documento que o identifique com fotografia e estar rigorosamente em dia com as obrigações junto à Cooperativa. **i)** As pessoas jurídicas associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar contrato social original ou cópia autenticada para comprovação do representante legal. **j)** As entidades associadas, para exercer direito de voto, deverão apresentar livro de atas ou estatuto social original ou cópia autenticada, para comprovação do representante legal. **k)** Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **10 de março de 2017** deverão ser comprovados com a apresentação da nota fiscal de fornecimento de energia elétrica à secretaria **da assembleia/eleição**. **l)** Débitos em atraso quitados em agentes arrecadadores no dia **11 de março de 2017** não habilitam a exercer direito de voto. **Içara SC, 17 de fevereiro de 2017. JORGE RODRIGUES PRESIDENTE.** Iniciando o trabalho de instalação da assembleia, o Presidente Jorge Rodrigues cumprimentou os presentes e passou a compor a mesa convidando os membros do conselho de administração, iniciando pelo Senhor **Cleber Luiz Oliveira da Silva, Marcelo Silveira Cascaes, Hilário Dal Molin, Evanir Calegari, Rodrigo da Silva Gonçalves, Moacyr Francisco** e Paulo Roberto Brígido, Coordenador do Conselho Fiscal. Reginaldo de Jesus

Gerente Administrativo e o Senhor Valdemar Venturi, representando a FECOERUSC. Logo após o presidente solicitou a assembleia a aprovação do nome do Senhor Reginaldo de Jesus para orientar e assessorar os trabalhos, o que foi aprovado por unanimidade. Em seguida, foi feita a leitura do edital de convocação, já transcrito na presente ata. Também foram apresentados, exemplar da carta circular expedida aos associados e exemplares dos seguintes jornais, comprovando a divulgação prevista no estatuto social: Diário de Notícias, edição nº 1.672 de 17 de fevereiro de 2.017, Jornal Gazeta, edição nº 1.441 de 17 de fevereiro de 2.017, Jornal Içarense, edição nº 3.255 de 17 de fevereiro de 2.017, Jornal a Tribuna, edição dos dias 18 e 19 de fevereiro de 2.017. Dando sequência aos trabalhos acordado com Art. 26 §1º do estatuto social foi posto em votação e aprovação a regra de votação da assembleia, na qual foi aprovado por unanimidade que as votações fossem realizadas à descoberta. Em seguida, foi feita a leitura do **ITEM PRIMEIRO** da ordem do dia, que se refere à prestação de contas do Conselho de Administração compreendendo acompanhado de parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2016; Relatório da Gestão; Balanço Patrimonial e demonstrativo das sobras apuradas no exercício. Para apresentar o relatório, o Presidente convidou o Senhor Edmilson Maragno, responsável técnico do setor de distribuição de energia elétrica e o Senhor Daniel Zanolli Vieira, Contador. Realizada a apresentação pelos referidos profissionais, logo após o Sr. Ivan Rzatki fez a leitura do parecer da auditoria independente, opinando sobre as demonstrações contábeis referidas, lidas em conjunto com suas notas explicativas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COOPERATIVA ALIANÇA, em 31 de dezembro de 2016, as sobras de suas operações, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, referentes ao exercício findo naquela data de acordo com as práticas adotadas no Brasil. Em seguida o Senhor Paulo Roberto Brígido, Coordenador do Conselho Fiscal, fez a leitura do parecer do referido Conselho referente às contas apresentadas, no qual opinou favoravelmente pela aprovação das mesas. Logo após o secretário da assembleia Reginaldo de Jesus solicitou a assembleia para aprovação de um sócio presente para presidir a votação deste item, a assembleia aprovou o nome do associado Hercílio Jair Antônio De Estefani que, assumindo a presidência da mesma, colocou em discussão a matéria, não havendo manifestações, o Presidente em exercício da Assembleia colocou em votação, as contas do exercício de 2016, que foram aprovadas por maioria absoluta. Após, no **ITEM SEGUNDO** da ordem do dia, referente à destinação das sobras do exercício de 2016 (dois mil e dezesseis) assim compostas as bases para destinações legais e estatutárias de R\$ 1.013.911,66 (hum milhão e treze mil e novecentos e onze reais e sessenta e seis centavos), Reserva Legal de R\$ 101.391,17 (cento e um mil trezentos e noventa e um reais e dezessete centavos), FATES de R\$ 50.695,58 (cinquenta mil e seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta e oito centavos), e o Fundo de Expansão e manutenção do Sistema de Distribuição de R\$ 506.955,83 (quinhentos e seis mil novecentos e cinquenta e cinco reais e oitenta e três centavos), e as sobras líquidas de R\$ 354.869,08 (trezentos e cinquenta e quatro mil e oitocentos e sessenta e nove reais e oito centavos), a disposição da assembleia foram destinadas, por unanimidade ao Fundo de Expansão e Manutenção do Sistema de Distribuição. Colocado para discussão e votação, foi aprovado por maioria absoluta. Dando-se continuidade à assembleia, foi feita a leitura do **TERCEIRO, ITEM** da ordem do dia que se refere à eleição e posse dos componentes do Conselho Fiscal período 2017. Informou-se à Assembleia que houve a apresentação de duas chapas. Assim sendo, foi feito a leitura das chapas concorrentes ao cargo de conselheiros fiscais para o período 2017. Foi lembrado aos associados que a votação ocorrerá no dia 11 de março de 2017, das 08:00 às 17:00 horas, nas dependências da Escola Estadual Salete Scotti dos Santos, sito à Rua Duque de Caxias, 147 (cento e quarenta e sete), nesta Cidade de Içara, SC, sendo os eleitos serão empossados logo após o término da apuração, de forma a cumprir as disposições contidas no edital de convocação. Em seguida, foi feita a leitura do **QUARTO ITEM** da ordem do dia que se refere à fixação do pró-labore e cédula de presença às reuniões do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Delegados Representantes junto à FECOERUSC. Para presidir a votação desta matéria, mais uma vez foi levado à votação da assembleia o nome do associado Hercílio Jair Antônio De Estefani que aprovado por unanimidade conduziu a mesma, levando a matéria em discussão à assembleia, foi apresentado os valores do pró-labore para o exercício da presidência e cédulas de presença dos Conselheiros Fiscais e Delegados junto à Fecoerusc que atualmente é de: **a) R\$ 17.600,00** (dezessete mil e seiscentos reais); **b) R\$ 1.350,00** (um mil e trezentos e cinquenta reais) Colocado em discussão e votação foi aprovado por maioria dos presentes. Logo após, foi feita a leitura do **QUINTO ITEM** da ordem do dia que trata do plano de investimentos para o exercício de 2.017 (dois mil e dezessete). O engenheiro

Edmilson Maragno apresentou o plano de investimento que é peça integrante do relatório do Balanço Geral de 2.016 (dois mil e dezesseis) e que prevê a aplicação de R\$ 3.430.000,00 (Três milhões quatrocentos e trinta mil reais), esclarecidas as dúvidas e posto em votação, o plano foi aprovado por maioria dos presentes. Logo após foi lido o **SEXTO ITEM** da ordem do dia que trata do plano de aplicação dos recursos do **FATES** restando o total de **R\$ 50.695,58 (cinquenta mil e seiscentos e noventa e cinco reais e cinquenta e oito centavos)**. Aberto para discussão foi proposto da seguinte forma: Que os valores do FATES destinados aos valores de R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos reais) para a Fundação Social Hospitalar de Içara – HSD; R\$ 6.195,58 (seis mil cento e noventa e cinco reais e cinquenta e oito centavos) para a entidade Rede Feminina de Combate ao Câncer e R\$ 2.000,00 (dois mil reais) para a entidade Casa Feliz, posta a matéria em votação foi aprovada por maioria absoluta dos presentes. Logo após foi realizado a leitura do **SÉTIMO ITEM** referente aos assuntos gerais, deixando claro que este item serve para receber críticas e/ou sugestões, logo, neste item nada é deliberado. Deixado à palavra à disposição dos associados, ninguém se manifestou. Ato contínuo, o secretário dos trabalhos devolveu a palavra ao Presidente que agradeceu a presença de todos e comunicou que a assembleia continuará em aberto até as 17h00min (dezessete) horas do dia 11 (onze) de março de 2017, quando se encerra a votação. Realizada a eleição, verificou-se que votaram 2.487 (dois mil quatrocentos e oitenta e sete) associados e apurou-se o seguinte resultado: O CONSELHO FISCAL CHAPA 01(UM) somaram-se a quantidade de 1.791 (hum mil setecentos e noventa e um) votos brancos 11 (onze) votos nulos 33 (trinta e três) O CONSELHO FISCAL CHAPA 02 (DOIS) – somaram-se a quantidade de 652 (seiscentos e cinquenta e dois) votos, Face ao resultado da votação, foram declarados eleitos e empossados como membros do Conselho Fiscal para o período 2017 efetivos e suplentes respectivamente: **CONSELHEIROS FISCAIS EFETIVOS: Eduardo Zacarias**, brasileiro, casado, Gerente de Expedição, nascido em 05/05/1969, portador da cédula de identidade n.º 1.974.026, expedido pela SSP-SC; Inscrito no CPF sob n.º 597.538.039-15; residente e domiciliado à Rua Antônio Zago, nº 102, Içara – SC; **Daniel Loch Gomes**, brasileiro, solteiro, empresário, nascido em 28/07/1984, portador da cédula de identidade de nº 4.033.591, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob nº 046.348.869-52, residente e domiciliado à Rua Morumbi, nº 574, Içara – SC; **Valmir José Ferreira**, brasileiro, casado, comerciante, nascido em 05/07/1960, portador da cédula de identidade de nº 2.369.597, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob o nº 398.489.819-34, residente e domiciliado à Rua Honoratto Martins, nº 239, Içara – SC; **CONSELHEIROS FISCAIS SUPLENTE: Geraldo Francisco Manarin**, brasileiro, casado, agricultor, nascido em 11/11/1970, portador da cédula de identidade de nº 2.800.860, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob o nº 963.839.099-91, residente e domiciliado à Rod. IÇR 357, s/nº Içara – SC; **Antônio Mendes**, brasileiro, casado, aposentado, nascido em 13/08/1940, portador da cédula de identidade n.º 3.689.346, expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob N.º 077.322.019-49, residente e domiciliado na Rua Joaquim Mendes, s/nº, Içara – SC; **Jucemar Vargas**, brasileiro, solteiro, pedreiro, nascido em 25/03/1959 portador da cédula de identidade n.º 3.016.194 expedida pela SSP-SC, inscrito no CPF sob n.º 837.979.129-00 residente e domiciliado sem nome s/nº, Balneário Rincão – SC; Assim compostos, eleitos e empossados os membros da chapa 01 (CHAPA UM) inscrita para as eleições acima descritos declaram que; **a) “não estão impedidos por lei, ou condenados a pena que vede, ainda que: temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, a fé pública ou a propriedade”;** **b) “não são parentes entre si, até o segundo grau em linha reta ou colateral”;** **c) “não são parentes em linha reta ou colateral até o segundo grau com os componentes do Conselho de Administração.** Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a assembleia, e esta ata após lida e aprovada foi assinada, por mim secretário, pelo Presidente e pelos 10 (dez) associados indicados pela assembleia. Em atenção ao que dispõe a Instrução Normativa nº 101/2001, do DNRC, certificamos que estavam presentes na assembleia realizada a partir das 19h00min horas do dia 10/03/2017, 320 (trezentos e vinte) associados e que, no dia 11/03/2017, votaram 326 (trezentos e vinte e seis) associados, conforme cópias autênticas das listas de presença que passam a fazer parte integrante desta ata e observando o quórum legal foram designados 10 (dez) cooperados para assiná-la, que segue:

Içara SC, 11 (onze) de março de 2.017.

Jorge Rodrigues
Presidente

Cleber Luiz Oliveira da Silva Secretário

Reinaldo Felisbino

Sandro Giassi Serafim

Gentil Dory da Luz

Claudino Silvério da Silva

Agenor Estácio Rafael

Rosilene Raichaski Brunelli Creêncio

Laureci Manoel da Silva

Filipe Costa Manoel

Valdelir Da Rolt

Hercílio Jair Antônio De Estefani

PARTICIPAÇÕES

Direção Geral e Produção

Daniel Vieira- Contador

Supervisão

Reginaldo de Jesus – Gerente Administrativo

Colaboração

Edmilson Maragno - Departamento Técnico

Mateus Dalmolin / Ana Paula Cardoso - Departamento Comercial

Rafael Bacis– Departamento TI

Edson José Adriano - Departamento de Recursos Humanos e Segurança do trabalho

Auditoria

Müller Auditores Independentes S.S.

Roteiro Editorial e Conteúdo

Lei nº 5.764/1971

Resolução CFC nº 1.255/09

Resolução ANEEL nº 444, de 26/10/2001

Resolução ANEEL 396/10

Interpretação Técnica NBC T 10.8 – IT 01

Orientações Emitidas pelo comitê de pronunciamentos contábeis - CPC

Estatuto Social da Cooperaliança.

Agradecimentos

Conselho de Administração

Conselho Fiscal

Departamento Técnico e Engenharia

Departamento de Contabilidade

Departamento Financeiro

Departamento de Recursos Humanos

Departamento de TI

Departamento Comercial

Funcionários da Cooperaliança em geral

Useall Software